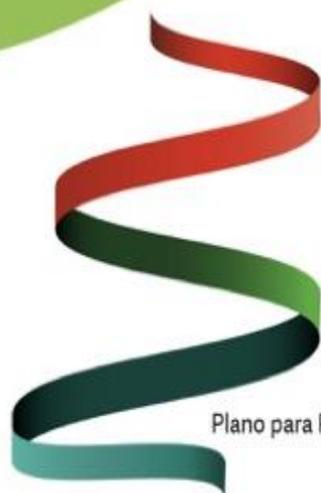




MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E CIDADANIA AMBIENTAL
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO, PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS



PPCS

Plano para Produção e Consumo Sustentáveis

**PLANO DE AÇÃO PARA PRODUÇÃO E
CONSUMO SUSTENTÁVEIS - PPCS**

Propostas de Ações para a implementação
do segundo ciclo 2016 - 2020

**Propostas de Ações para o Segundo Ciclo do Plano de
Produção e Consumo Sustentáveis**

**Revisão e estruturação
Andrea Caro Carrillo**

Sumário

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	4
Apresentação	7
1. Introdução	10
2. Um Olhar Global sobre o Desenvolvimento Sustentável	12
3. Os Caminhos trilhados para a Sustentabilidade no Brasil	15
4. Reflexões sobre o Uso dos Recursos Naturais no Âmbito da Produção e do Consumo no Brasil	18
5. Um Olhar para o Futuro - O Plano de Produção e Consumo Sustentáveis/PPCS	23
5.1 Conhecendo o Processo de Construção e Implementação do PPCS.....	23
5.2 Diretrizes Gerais para a implementação do 2º ciclo do PPCS.....	26
5.3. Eixos Temáticos e Estratégias para o Segundo Ciclo do PPCS.....	27
5.2.1 Compras Públicas Sustentáveis	28
5.2.2 Finanças Sustentáveis.....	30
5.2.3 Indústria Sustentável.....	32
5.2.4 Construção Sustentável.....	34
5.2.5 Varejo Sustentável.....	37
5.2.6 Agricultura Sustentável.....	39
5.2.7 Consumo Sustentável	41
5.2.8 Programa Ambiental na Administração Pública – A3P.....	43
5.2.9 Gestão de Resíduos Sólidos – Aumento da Reciclagem	45
5.2.10 Relatos Corporativos de Sustentabilidade.....	47
6. Institucionalidade DE PPCS no Brasil.....	50
6.1 Comitê Gestor de PCS – Componentes, Objetivos e Funcionamento... Erro! Indicador não definido.	
7. Instrumentos e Mecanismos de Implementação	51
7.1 Ações Governamentais (AG).....	51
7.2 Acordos de Cooperação Técnica (ACT)	51
7.3 Iniciativas Voluntárias (IV).....	51
7.4 Ações de Parceria (AP).....	52
7.5 Pactos Setoriais (PS)	52
7.6 Projeto de Cooperação entre MMA e PNUMA	52
7.7 Termos de Adesão e Rede A3P.....	53
7.8 Certificação e Premiação	53
7.9 Fóruns de Discussão e Implementação	53

7.10 Outros: estudos e pesquisas; campanhas	54
8. Monitoramento e Avaliação	56
9. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
ABRAS	Associação Brasileira de Supermercados
ABNT NBR	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACV	Avaliação do Ciclo de Vida
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
CBCS	Conselho Brasileiro da Construção Sustentável
CDB	Convenção da Diversidade Biológica
CISAP	Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública
CMC	Decisões do Conselho do Mercado Comum do Mercosul
CNI	Confederação Nacional da Indústria
COP21	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
CPS	Consumo e Produção Sustentáveis
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENCE	Etiqueta Nacional de Conservação de Energia
ESG	Environmental, Social and Governance
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FSC	Forest Stewardship Council
GEE	Gases de Efeito Estufa
GMC	Grupo Mercado Comum
GRI	Global Reporting Initiative
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICV	Inventário de Ciclo de Vida
IDEC	Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
IFC	International Finance Corporation
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INSA	Instituto Nacional do Semiárido
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ISO	International Organization for Standardization
JPOI	Johannesburg Plan of Implementation
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MPOG	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PBACV	Programa Brasileiro em Avaliação do Ciclo de Vida
PBE	Programa Brasileiro de Etiquetagem
PBQP-H	Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat
PCS	Produção e Consumo Sustentáveis
PES	Projeto Esplanada Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PNMC	Política Nacional sobre Mudança do Clima
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PPCS	Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PROCEL	Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica
PRONARA	Programa Nacional para Redução do Uso de Agrotóxicos

Rio+20	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
SCP	Sustainable Consumption and Production
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SGT-N6	Mercosul Subgrupo de Trabalho que trata sobre questões de Meio Ambiente
SLTI	Secretaria de Logística Tecnologia e Informação
UNDESA	United Nations Department of Economic and Social Affairs
UNEP	United Nations Environment Programme
10YFP	Ten-Year Framework of Programme on Sustainable Consumption and Production

Apresentação

O presente documento é fruto do aprendizado obtido pelo MMA e seus parceiros na implementação do primeiro ciclo do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis-PPCS, lançado em 2011, com vistas a atualizar e complementar os instrumentos e mecanismos previstos para sua implementação, bem como redirecionar os focos de trabalho, com base em eixos temáticos, identificados como fundamentais para a mudança de paradigma que o País precisa incorporar em seus padrões de produção e de consumo. Esse documento consolida, portanto, esses esforços e apresenta os dez eixos temáticos do segundo ciclo do PPCS, suas estratégias de implementação e algumas diretrizes que visam a aumentar a qualidade de sua efetivação.

Espera-se, dessa forma, que o proposto documento sirva como elemento orientador e estratégico de maneira a contribuir com o alcance do objetivo principal do PPCS: “fomentar dinâmicas e ações, no médio e longo prazos, que mudem o atual paradigma de produção e consumo, contribuindo significativamente para o desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira”.

A estrutura do documento foi desenvolvida para facilitar a compreensão do leitor, sendo dividido em oito partes.

A Introdução, que apresenta de forma sucinta os desafios para a sustentabilidade no planeta em suas distintas dimensões.

A segunda parte – Um Olhar Global sobre o Desenvolvimento Sustentável, na qual encontra-se uma explanação histórica e temporal sobre os grandes marcos internacionais conectados com a temática da sustentabilidade e que foram, portanto, fundamentais para a evolução do conceito de PCS e de sua aplicação.

A terceira parte traz os caminhos trilhados no Brasil, conforme as diretrizes internacionais que inspiraram o país na construção de um marco legal, institucional e operacional, reconhecido internacionalmente, e que busca constantemente aprimorar seu processo de implementação, promovendo um contínuo caminhar para a sustentabilidade, de forma integrada nas diferentes áreas de abrangência.

Na quarta parte - Reflexões sobre o Uso dos Recursos Naturais no Âmbito da Produção e Consumo no Brasil apresenta uma reflexão sobre o uso dos recursos naturais no Brasil, no âmbito da produção e consumo, abordando os desafios de ampliar o bem-estar humano, de forma integral, em paralelo com o uso sustentável dos recursos naturais e a redução do impacto ambiental, na busca de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável.

Na quinta parte - Um Olhar para o Futuro, encontra-se uma explanação sobre o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis - PPCS brasileiro e seu processo participativo de construção e efetivação. Ainda nessa etapa do documento, também são apresentados os dez eixos temáticos do Plano em seu segundo ciclo de implementação e suas estratégias de efetivação.

Na sexta parte se relata sobre o Comitê Gestor Nacional do PPCS e seus integrantes, seguido da sétima parte, na qual estão descritos alguns mecanismos de efetivação do Plano, com alguns exemplos práticos.

Na última parte do documento, há uma explanação sobre estratégias de monitoramento do PPCS e sua importância para que os tomadores de decisão, gestores públicos e privados, passem a ter subsídios fidedignos quanto ao atual estágio da agenda nacional de produção e consumo sustentáveis, de modo a fortalecer continuamente a implementação do 2º ciclo do Plano de Ação de Produção e Consumo Sustentáveis.

Finalmente, se agradece a todos os parceiros, representantes dos diferentes setores da sociedade brasileira, que contribuíram efetivamente para a construção conjunta das estratégias de implementação do PPCS – segundo ciclo (2016-2020).

Bom proveito.

PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

Produção e consumo sustentáveis (PCS) é uma abordagem holística para minimizar os impactos ambientais negativos dos sistemas de consumo e produção, ao mesmo tempo em que promove qualidade de vida para todos. Através de uma perspectiva de ciclo de vida, PCS aumenta a gestão sustentável e eficiente dos recursos em todos os estágios da cadeia de valor de bens e serviços. PCS encoraja o desenvolvimento de processos que usam menos materiais e menos substâncias perigosas, geram menos resíduos e resultam em benefícios ambientais.

Tais processos podem também melhorar a competitividade de empresas ao reduzir os custos de produção, transformando desafios ambientais e sociais em oportunidades de negócios e empregos. PCS também encoraja a coleta, o reuso e a reciclagem de recursos valiosos nos fluxos de resíduos. O principal objetivo da mudança para PCS é dissociar crescimento econômico de degradação ambiental.

PCS visa a fazer mais e melhor com menos, reduzindo o uso de recursos, a degradação ambiental, os resíduos e a poluição ao longo do ciclo de vida de bens e serviços, ao mesmo tempo em que melhora a qualidade de vida para todos.

Alcançar PCS requer uma importante mudança de paradigma nas sociedades, e necessita a cooperação e o engajamento de todos os atores, incluindo políticos, empresários, varejistas, consumidores, trabalhadores, pesquisadores, cientistas, mídia, organizações da sociedade civil e agências de cooperação para o desenvolvimento. Resumindo, envolve todos, desde governos até cidadãos, desde produtores até consumidores finais.

Os princípios fundamentais de PCS são:

1. Melhorar a qualidade de vida sem aumentar a degradação ambiental, e sem comprometer as necessidades de recursos das futuras gerações;
2. Dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, por meio de: redução de materiais / intensidade de energia das atividades econômicas atuais, e redução de emissões e resíduos da extração, produção, consumo e disposição; e promoção da mudança para padrões de consumo para grupos de bens e serviços com menor intensidade de energia e materiais sem comprometer a qualidade de vida;
3. Aplicar o pensamento de ciclo de vida, que considera todos os impactos ao longo da cadeia de produtos e serviços, desde a sua extração, a produção, o consumo e o descarte, ou preferencialmente sua reinserção no processo produtivo; e
4. Evitar ou mitigar o efeito rebote, onde os ganhos de eficiência são cancelados pelo resultante aumento de consumo.

1. Introdução

Atualmente, nos encontramos em um momento de grandes desafios para a sustentabilidade do planeta Terra, considerando os aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais.

Esses desafios se vinculam ao esgotamento dos recursos naturais e à degradação ambiental, como nos casos da desertificação, da degradação dos solos, da escassez de água doce e da perda de biodiversidade. Aliado a esse cenário enfrentamos as mudanças climáticas e seus efeitos negativos, como o aumento da temperatura global, do nível do mar e da acidificação dos oceanos, que afetam, em especial, as zonas costeiras, como no caso brasileiro, onde se concentra a maior parte da população.

Em adição aos desafios ambientais, as questões sociais se mostram urgentes, considerando que cerca de 10% da população mundial ainda se situa abaixo da linha de pobreza¹. No Brasil, segundo previsão do Banco Mundial, até o final de 2017, o país deverá testemunhar um aumento de pessoas vivendo na pobreza (de 2,5 a 3,6 milhões de pessoas), resultado da prolongada crise econômica. Outros importantes desafios são a desigualdade de gênero e o desemprego, particularmente entre os jovens.

Por outro lado, esse também é um momento de grandes oportunidades, pois nas últimas décadas observam-se avanços no caminho do desenvolvimento sustentável, com maior acesso a informação e tecnologias de comunicação, além da conectividade global, que possui grande potencial para acelerar o progresso humano, permitindo que o desenvolvimento das sociedades seja baseado no conhecimento e na inovação científica e tecnológica.

Nesse contexto complexo, é fundamental o entendimento de que o crescimento econômico e o atendimento às necessidades básicas da população mundial não podem ser sustentados pelos atuais padrões de produção e consumo. Nesse sentido, é fundamental repensar a lógica de que o bem-estar humano está associado diretamente ao crescimento econômico e ao aumento no uso dos recursos naturais. Consequentemente, a busca por eficiência no uso dos recursos é a chave para desenvolver o caminho de transição para um modelo de desenvolvimento sustentável e sem a ruptura dos sistemas econômicos.

Tecnicamente, a eficiência no uso dos recursos significa, nesse caso, a obtenção de resultados mais elevados com menos insumos e que se refletem em indicadores, como o Produto Interno Bruto (PIB). Dessa forma, uma economia eficiente se delinea em um cenário em que os sistemas de produção e consumo são otimizados quanto ao uso de recursos naturais, conduzindo à redução dos impactos ambientais. Para tanto, é preciso trabalhar nas duas pontas do mercado: a produção - fazer mais com menos - e a demanda - consumir melhor, de forma mais consciente².

¹ Segundo relatório Banco Mundial: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/10/banco-mundial-atualiza-valor-da-linha-da-pobreza-para-us-190-por-dia>

² (www.resourcepanel.org/glossary e <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030>)

A transição descrita acima compreende um processo de transformação dos atuais sistemas de produção e consumo insustentáveis para os sustentáveis, sendo necessário que ocorram mudanças simultâneas nas diferentes perspectivas, econômicas, políticas, culturais, tecnológicas e ecológicas. Nesse sentido, é importante que os países desenvolvidos e em desenvolvimento busquem implementar seus planos de Produção e Consumo Sustentáveis, com políticas públicas que direcionem suas economias para sistemas mais eficientes, nos quais os processos produtivos são repensados e os consumidores desempenham um papel ativo na demanda por produtos e serviços mais sustentáveis.

No caso brasileiro, o país já conta com políticas que dão sustentação legal e possibilitam colocar o Brasil na vanguarda da transição para o consumo e a produção sustentáveis, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável,³.

Assim, as agendas temáticas do 2º Ciclo do Plano de Produção e Consumo (PPCS) trazem no seu escopo dois pilares fundamentais para seguir no caminho da transição:

- I. Aumento da eficiência dos processos produtivos; e
- II. Mudança de padrão de consumo da população.

³ Para saber mais: <http://www.agenda2030.org.br>.

2. Um Olhar Global sobre o Desenvolvimento Sustentável

Quando olhamos a questão da Produção e Consumo Sustentáveis, logo associamos de forma intrínseca ao desenvolvimento sustentável e, portanto, nos voltamos aos grandes marcos internacionais, dos quais o Brasil é signatário.

O primeiro grande marco, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), consolidou o conceito de *Desenvolvimento Sustentável*, proposto no Relatório Nosso Futuro Comum de 1987. E aperfeiçoou o quadro de instrumentos das Nações Unidas, que engloba as convenções de Mudança do Clima e de Diversidade Biológica, a Declaração de Princípios sobre Florestas, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, e a Agenda 21. Posteriormente, a Convenção sobre Combate à Desertificação, em 1994. Esse momento é considerado histórico, um importante ponto de inflexão na discussão internacional sobre desenvolvimento sustentável.

Ainda nesse contexto, a Agenda 21 firmou-se como instrumento de planejamento para a construção de sociedades mais sustentáveis, conciliando a proteção ambiental, a justiça social e a eficiência econômica, ou seja, as bases do desenvolvimento sustentável.

Atualmente, diante dos efeitos das mudanças climáticas, que têm afetado de forma intensa o planeta, a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), que entrou em vigor em 1994 e conta com 196 países signatários, apresenta-se como instrumento fundamental para lidar com essa questão. Com o objetivo de estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera em um nível que impeça a interferência antrópica perigosa no sistema climático, permitindo a adaptação natural dos ecossistemas às mudanças do clima e assegurando que a produção de alimentos e o desenvolvimento econômico prossigam de maneira sustentável.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL -

O conceito de desenvolvimento sustentável propõe um desenvolvimento que atenda às necessidades das gerações presentes sem comprometer a habilidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades e está baseado em três pilares: social, o econômico e o ambiental. (Relatório Nosso Futuro Comum, de 1987).

Nesse sentido, o Protocolo de Kyoto, aprovado na COP-3 em 1997, definiu metas mais rígidas e propôs um calendário pelo qual os países membros teriam o compromisso de reduzir a emissão de gases do efeito estufa em, pelo menos, 5,2% em relação aos níveis de 1990 no período entre 2008 e 2012. Mais recentemente, pelo Acordo de Paris, aprovado na COP-21 em 2015, foi estabelecido um novo pacto com o objetivo de fortalecer a resposta global às ameaças da mudança do clima e de reforçar a capacidade dos países em lidar com os impactos decorrentes dessas mudanças, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa (GEE), no contexto do desenvolvimento sustentável. Esse compromisso prevê que o aumento da temperatura média global seja no máximo de 2°C acima dos níveis pré-industriais, além de promover esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

Outro grande desafio do nosso século é reduzir a perda de biodiversidade, e para tanto, a Convenção Diversidade Biológica criada em 1992, com mais de 160 países signatários, se tornou um instrumento que busca implementar ações nos três pilares estabelecidos: a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável da biodiversidade, e a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos. Atualmente, esse olhar se traduz no Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020 e os Objetivos de Aichi, acordados em 2010 na 10ª COP. Esse Plano tem uma abordagem inovadora e visionária, que integra a biodiversidade aos aspectos sociais e econômicos, que são considerados o cerne dos problemas da biodiversidade e, portanto, constituem a chave para sua solução. No Plano, destaca-se o Objetivo Estratégico B, “Reduzir as pressões diretas sobre a biodiversidade e promover o uso sustentável”, que abrange as Metas 5 a 10, todas relacionadas à redução das ameaças à biodiversidade e ao desenvolvimento sustentável⁴.

A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburgo em 2002, estabeleceu metas relativas à erradicação da pobreza, à promoção da saúde, à expansão dos serviços de água e saneamento, à defesa da biodiversidade, à destinação de resíduos tóxicos e não-tóxicos, e energias renováveis, bem como, a responsabilidade ambiental das empresas. As recomendações ainda trouxeram de forma explícita a necessidade da promoção do desenvolvimento sustentável. Entretanto, somente com o Plano de Implementação de Johannesburgo, a Produção e o Consumo Sustentável foram reconhecidos como objetivo global e requerimento para o desenvolvimento sustentável. Esse Plano tem como objetivo acelerar a mudança para consumo e produção sustentáveis, e a promoção do crescimento econômico e social no limite da capacidade de carga dos ecossistemas, permitindo assim, um novo olhar para esse contexto, com a dissociação do crescimento econômico da degradação ambiental.

Nesse escopo, o Processo de Marrakesh⁵, a partir de 2003, buscou promover e implementar programas e projetos sobre Produção e Consumo Sustentáveis (CPS), e fornecer insumos significativos para a elaboração do Quadro Decenal de Programas (10 YPF) em PCS. E somando-se a isso, identificou necessidades, prioridades e estratégias regionais em PCS, bem como apoiou a implementação de 33 projetos de demonstrativos em todo o mundo.

Mais recentemente, a declaração da Conferência Rio +20 - o “Futuro que Queremos” reconheceu a necessidade de mudanças na forma como as sociedades consomem e produzem para se alcançar o desenvolvimento sustentável global e estabeleceu o Marco Decenal de Programas de Produção e Consumo Sustentáveis (10YFP).

O Quadro Decenal de Programas (10 YPF) tem por objetivo fortalecer a cooperação internacional e acelerar a mudança para a Produção e Consumo Sustentáveis nos países. A ONU Meio Ambiente atua como Secretaria, administrando o Fundo Fiduciário, que é constituído por recursos voluntários, e o Portal Global PCS⁶ (SCP Clearinghouse), que é um

⁴ Para conhecer mais: <https://www.cbd.int/2011-2020/about>

⁵ Para conhecer mais: <http://www.unep.fr/scp/marrakech/>

⁶ <http://www.scpclearinghouse.org>

espaço de compartilhamento de informações e projetos, além de apoiar a capacitação e a assistência técnica e financeira aos países em desenvolvimento.

“Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”⁷ é outro marco fundamental no caminho das atuais transformações. Adotado na “Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2015”, esse documento reflete os novos desafios de desenvolvimento, representando outro instrumento de implementação das decisões da Rio+20 e a materialização da declaração “O Futuro que Queremos”. A Agenda consiste em uma Declaração com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, que são integradas e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Produção e consumo sustentáveis é tema transversal da Agenda, que permeia vários ODS, sendo destacados os ODS 02, 08, 11, 12 e 13.

A América Latina e Caribe (LAC) são considerados pioneiros no tema de Produção e Consumo Sustentáveis, tendo em 2003 estabelecido a Estratégia Regional de PCS e o Conselho Regional de Peritos Governamentais sobre PCS. A partir desse momento, PCS tornou-se uma prioridade para a região, apoiado pelo Fórum de Ministros de Meio Ambiente, que adotou como focos regionais, além dos programas globais estabelecidos no âmbito do 10YFP – Compras Públicas Sustentáveis, Sistemas Alimentares Sustentáveis, Estilos de Vida Sustentáveis e Educação, Informação ao Consumidor, Turismo Sustentável e Construções Sustentáveis – a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e as Pequenas e Médias Empresas.

Outro importante marco na América Latina foi a aprovação pelo Conselho do Mercado Comum do Mercosul da “Política de Promoção e Cooperação em Produção e Consumo Sustentáveis no Mercosul” (Decisão CMC nº 26/2007). Essa Política regional orienta no sentido de melhorar a eficiência dos processos produtivos, reduzindo os riscos para a saúde humana e para o meio ambiente. Dessa forma, uma importante mudança na lógica ocorreu na busca do consumo mais sustentável, na gestão ambiental das empresas orientada para o uso racional e eficiente dos recursos naturais, na prevenção da contaminação e na melhoria da competitividade.

⁷ Para saber: <http://www.agenda2030.org.br>

3. Os caminhos trilhados para a Sustentabilidade no Brasil

Assim como acontece no cenário internacional, o tema da produção e consumo sustentáveis ganha a cada dia maior relevância no âmbito nacional. Atualmente, o Brasil é detentor de um reconhecido arcabouço institucional e legal, que permite um caminhar para a sustentabilidade de forma integrada nas diferentes áreas de abrangência. Abaixo, é apresentado um texto resumido da evolução da institucionalidade e das políticas ambientais brasileiras que, sem dúvida, servem de referência para a implementação de práticas de produção e consumo sustentáveis no País.

Embora a Política Nacional de Meio Ambiente tenha sido instituída em 1981 (Lei nº 6.938), apenas em 1990 foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), ligada à Presidência da República, a qual foi transformada em Ministério do Meio Ambiente em 1992. A estrutura institucional federal hoje contempla ainda o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e o ICMBio (Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade). O CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) completa esse quadro como estrutura consultiva e deliberativa, composta pelos vários níveis de governo e atores interessados.

O Brasil desenvolveu ao longo dos anos uma estrutura ambiental legal ampla e avançada no nível nacional, bem como na maioria dos estados e em muitos municípios. O cenário em prol da sustentabilidade começa a tomar forma no ano de 1994, quando o Brasil se tornou signatário da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB e instituiu, no mesmo ano, o Programa Nacional de Biodiversidade – PRONABIO, com o objetivo de coordenar a implementação dos compromissos da CDB no país, que, em 2003, foi alterado para a Comissão Nacional da Biodiversidade - CONABIO.

Somando-se à pauta da sustentabilidade foi instituída a Lei das Águas, (Lei Nº 9.433, 1997), conhecida como a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), que também criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh). A lei traz como princípios a compreensão de que a água é um bem público e um recurso natural limitado, dotado de valor econômico. Dessa forma, a água deve ser gerida de forma a proporcionar usos múltiplos e sustentáveis (abastecimento, energia, irrigação, indústria). A Lei ainda define que sua gestão deve acontecer de forma descentralizada, com participação equitativa dos usuários, da sociedade civil e do governo.⁸

Nesse contexto das grandes discussões na busca de caminhos mais sustentáveis para o desenvolvimento do Brasil não poderíamos deixar de citar a Política Nacional de Educação Ambiental, que foi estabelecida pela Lei nº 9.795, de 1999. PNEA define a educação ambiental como um processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Assim, é considerada um componente essencial e

⁸ Para conhecer mais: <http://www.mma.gov.br/agua>

permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.⁹

Essa importante política traz o entendimento de que a Educação Ambiental possui um papel fundamental, tanto na sensibilização sobre a importância da adoção de práticas de uso mais sustentáveis, como as de consumo e produção. Nesse contexto, as pessoas são consideradas agentes de mudança, tanto no campo como na área urbana.

No ano de 2002, foi dado outro importante passo quando se instituiu a Política Nacional da Biodiversidade (Decreto nº 4.339, 2002), que traz entre seus objetivos a promoção do uso sustentável da biodiversidade. Tal Política, aliada ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e às demais políticas e instrumentos nacionais e subnacionais, indicam, nesse sentido, que o País vem se comprometendo para que sua biodiversidade seja conservada e utilizada de forma mais sustentável.

No ano de 2009, o Brasil passou a integrar mais fortemente as discussões sobre mudanças climáticas, com vistas a garantir que os desenvolvimentos econômico e social contribuam para a proteção do sistema climático global. Nesse sentido, foram definidas estratégias e políticas relacionadas ao monitoramento e à implementação dos planos setoriais de mitigação dos efeitos danosos ao ambiente e às diferentes espécies que o habitam, inclusive a espécie humana, bem como estratégias de adaptação às mudanças, consideradas inevitáveis. Nesse contexto, foi instituída em 2009 a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), pela Lei nº 12.187. Os principais instrumentos para sua execução são: o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e a Comunicação do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.¹⁰ Completam esse quadro o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima, de 2016, e os planos setoriais, tais como o Plano Setorial de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC).

Com a ratificação do Acordo de Paris (21ª Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança do Clima, 2015), em setembro de 2016, o Brasil se comprometeu a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005 até 2025, com uma contribuição indicativa subsequente de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 43% abaixo dos níveis de 2005 até 2030. Para isso, o país se empenhou em aumentar a participação de bioenergia sustentável na sua matriz energética para aproximadamente 18% até 2030, restaurar e reflorestar doze milhões de hectares de florestas, bem como alcançar uma participação de 45% de energias renováveis na composição da matriz energética até 2030.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) estabelecida pela Lei nº 12.305 em 2010, instituiu novos e importantes princípios para a gestão de resíduos sólidos e, portanto, para a sustentabilidade do Brasil. Dentre esses, cita-se o princípio da responsabilidade compartilhada, pelo qual os geradores de resíduos públicos e privados, incluindo os consumidores, têm responsabilidade definida e devem cooperar para que os objetivos da PNRS sejam alcançados. A Lei considera como geradores de resíduos sólidos todas as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por

⁹ Para saber mais: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>

¹⁰ Para conhecer mais: <http://www.mma.gov.br/clima>.

meio de suas atividades, nelas incluído o consumo. Dessa maneira, deixa clara a responsabilidade de todos (indústrias, importadores, comerciantes, empresários, poder público, órgãos ambientais e consumidores), tanto na busca pela diminuição dos resíduos gerados na fonte (produção), quanto na fase intermediária (distribuição, comercialização) e, ainda, nas atividades diárias de consumo e de destinação final. A Lei também previu a necessidade de se rever todo o processo de produção e o ciclo de vida dos produtos, incluindo o reaproveitamento de materiais descartados na fase pós-consumo e a destinação adequada dos rejeitos.¹¹

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO, criada pelo do Decreto nº 7.794/2012, constitui um relevante instrumento nesse cenário, ao apoiar a efetividade do desenvolvimento rural sustentável, como resposta às crescentes preocupações com o meio rural e as florestas, sobre a necessidade de produzir alimentos saudáveis em sintonia com a conservação dos recursos naturais. O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO é a principal ferramenta de execução da política, que busca integrar e qualificar as diferentes políticas e programas dos dez ministérios parceiros na sua execução. Seu principal objetivo é implementar programas e ações de modo a promover a transição da agricultura convencional para a produção agroecológica e orgânica, com vistas a aumentar a oferta de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais.

Finalmente, cita-se outro instrumento fundamental no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais no Brasil e, portanto, de contribuição para a sustentabilidade da produção rural que, é o Cadastro Ambiental Rural – CAR, instituído pela Lei nº 12.651/2012. Ao permitir a elaboração do diagnóstico ambiental o CAR representa uma ferramenta importante no auxílio do planejamento do imóvel rural e na recuperação de áreas degradadas, fomentando a formação de corredores ecológicos e a conservação dos demais recursos naturais contribuindo, dessa forma, para a melhoria da qualidade e sustentabilidade ambiental.¹²

¹¹ Para saber mais: <http://www.mma.gov.br/pol%C3%ADtica-de-res%C3%ADduos-s%C3%B3lidos>

¹² Para saber mais: <http://www.car.gov.br/leis/LEI12651.pdf>

4. Reflexões sobre o Uso dos Recursos Naturais no Âmbito da Produção e do Consumo no Brasil

Os níveis atuais de extração de recursos naturais e o impacto ambiental gerado pelos atuais padrões de produção e de consumo excedem cada vez mais os limites planetários e a capacidade de resiliência dos ecossistemas, resultando em degradação ambiental, poluição, perda de biodiversidade e aquecimento global. Associado a isso, tem-se ainda que a maioria da população encontra-se concentrada em centros urbanos e com estilos de vida que aumentam cada vez mais a demanda por recursos naturais e seus produtos derivados, estabelecendo uma tendência de elevação a padrões de consumo insustentáveis.

No Brasil, as políticas que permitem ao País desenvolver um caminho de transição para economias ecológicas inclusivas, bem estruturadas, ainda necessitam de regulamentação e ainda contam com poucos mecanismos e recursos financeiros disponibilizados para sua implementação, além da pouca capacidade instalada em termos de tecnologias mais eficientes e sustentáveis.

Nesse contexto, é importante um olhar crítico sobre questões importantes que envolvem o uso dos recursos naturais, que são fundamentais para a produção e consumo sustentáveis no Brasil. Sendo, essencial que a gestão considere todo o ciclo de vida dos produtos, aumentando a eficiência e reduzindo ao máximo o desperdício, as perdas e a disposição final inadequada

No caso dos recursos hídricos, o Brasil detém cerca de 12% de toda a água doce do planeta, passando pelo território brasileiro em média cerca de 260.000 m³/s de água, mas sua distribuição no território é heterogênea, com grande concentração na bacia do rio Amazonas (205.000 m³/s), restando para o restante do território 55.000 m³/s de vazão média. Além disso, o regime fluvial sofre variações ao longo do ano que estão estreitamente relacionadas ao regime de precipitações. Na maior parte do Brasil, há uma sazonalidade bem marcada, com estações secas e chuvosas bem definidas, de forma que ao final do período seco podem-se observar vazões muito abaixo da vazão média e inclusive ausência de água.

Ainda em termos quantitativos, existem áreas com maior vulnerabilidade quanto à oferta, tanto em termos de quantidade quanto de qualidade dos recursos hídricos, sendo que 24,1% dos sistemas de abastecimento de água urbanos são considerados satisfatórios, 42,5% requerem ampliação e 33,4% requerem um novo manancial¹³.

A qualidade da água no Brasil é muito variável em termos regionais, sendo que os valores mais baixos do IQA (Índice de Qualidade da Água) estão localizados em áreas urbanas, isso devendo-se principalmente às concentrações

O excesso de fósforo pode desencadear um processo conhecido como eutrofização, no qual a flora aquática se reproduz de forma excessiva provocando o desequilíbrio dos ecossistemas aquáticos. A eutrofização pode provocar a proliferação de algas tóxicas nos mananciais, que por sua vez leva a sérios problemas para o abastecimento de água, pois o controle e remediação são complexos e dispendiosos. Além, dos riscos para o abastecimento público e à saúde, ainda podem comprometer outros usos dos recursos hídricos, como a navegação, produção de energia hidrelétrica, dessedentação de animais, pesca e recreação. (<http://www.usp.br/agen/?p=19033> – Publicado em 8/março/2010 | Editoria : [Meio ambiente](#))

¹³ Atlas Brasil do Abastecimento Urbano de Água (ANA, 2011).

elevadas de fósforo na água sendo que as principais fontes de poluição hídrica são os esgotos domésticos, no meio urbano, e o uso de fertilizantes, no meio rural.

A demanda consuntiva total estimada para o Brasil em 2016 foi de 2.275,07 m³/s, quando considerada a vazão retirada. O setor da agricultura com irrigação foi responsável pela maior parcela de retirada (55% do total), seguido das vazões de retirada para fins de abastecimento humano urbano, industrial, animal e abastecimento humano rural¹⁴

A indústria embora venha utilizando novas tecnologias para reduzir as perdas, aumentar a eficiência e o reuso da água, os efluentes industriais são poluidor potencial das águas, pois incluem metais pesados e hidrocarbonetos. Estes foram detectados nos corpos hídricos e nos sedimentos no entorno dos grandes centros urbanos, como São Paulo e Recife¹⁵.

Em 2015, o rompimento da barragem de Fundão, em Minas Gerais, causou impactos na qualidade da água e prejudicou diversos usos da água na bacia do Rio Doce, especialmente o abastecimento público de água, chamando a atenção para a importância da gestão correta dos efluentes industriais potencialmente causadores de grande impacto ambiental negativo.

Quando olhamos para a questão das Emissões de Gases Estufa (GEE), apesar de ser um fenômeno natural e vital para manutenção da vida na Terra, o aquecimento exagerado do planeta se tornou um dos maiores desafios atuais da sociedade. Para especialistas, o fenômeno anormal é causado pelas ações humanas e pela adoção maciça de atividades que emitem os GEE.

As principais atividades antrópicas que causam o aquecimento estão ligadas a queima de combustíveis fósseis, o desmatamento, a agricultura, pecuária e a ação das indústrias, que emitem grande quantidade de gases para a atmosfera que aumentam o efeito estufa.

Gases de Efeito Estufa (GEE), ou simplesmente Gases Estufa, são substâncias gasosas naturais responsáveis pelo aquecimento da Terra. Eles são vitais para a manutenção da vida do planeta, já que absorvem parte da radiação infravermelha emitida principalmente pela superfície terrestre, e dificultam seu escape para o espaço, mantendo a Terra aquecida. <http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2011/novembro/ecod-basico-gases-de-efeito-estufa>).

O Brasil ocupa no ranking mundial posição de destaque como um dos grandes emissores de gases de efeito estufa, sendo que as principais fontes de emissão são o desflorestamento e a expansão da frota de veículos com combustíveis fósseis, pois nos últimos anos o etanol tem perdido mercado¹⁶.

O setor de energia é considerado maior fonte, junto com a agropecuária, para o aumento das emissões, com 37% das emissões cada, em 2012. Esse setor foi o que mais cresceu nos últimos anos - entre 2005 e 2012 aumentou 35,9% nas emissões – considerando as atividades de geração de energia elétrica, de produção e consumo de combustíveis¹⁷.

O setor da agropecuária é também uma grande fonte de GEE e apresentou na década de 1995-2005 um aumento de 23,8% nas emissões, com aumento de 7,4% no período de 2005-2012. Dentro deste setor, a pecuária bovina é a atividade que mais contribui para emissão de GEE, devido à fermentação entérica e à disposição de esterco nas pastagens,

¹⁴ Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil. Informe 2016. Agência Nacional de Água.

¹⁵ WBG. Retaking the Path to Inclusion, Growth and Sustainability. Brazil Systematic Country Diagnostic. June 2016.

¹⁶ WBG. Retaking the Path to Inclusion, Growth and Sustainability. Brazil Systematic Country Diagnostic. June 2106.

¹⁷ <http://www.mma.gov.br/clima/politica-nacional-sobre-mudanca-do-clima>

que liberam grande quantidade de gás metano¹⁸.

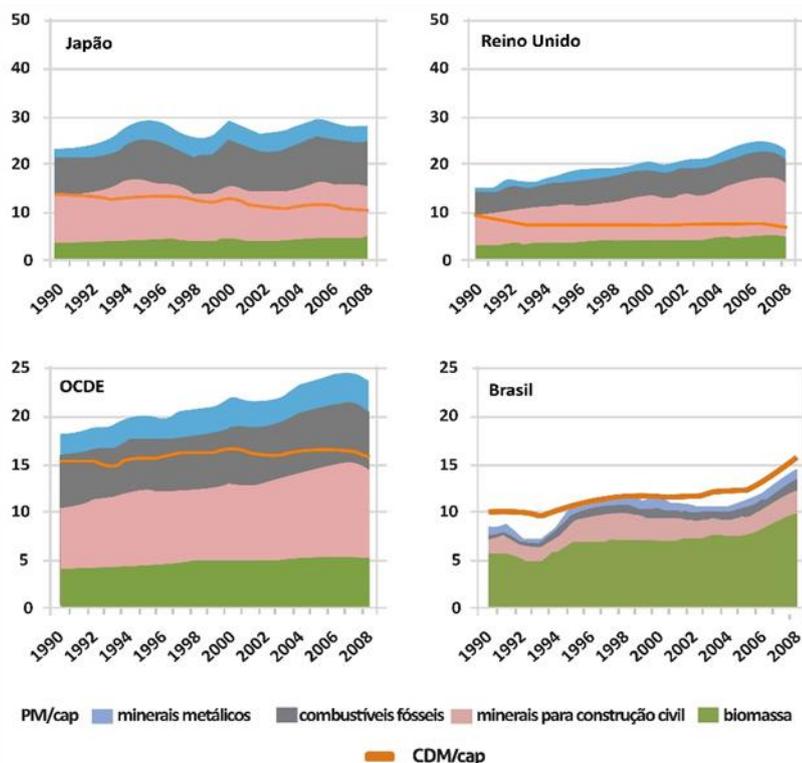
Já no setor industrial, a dinâmica de emissões tem acompanhado as variações do Produto Interno Bruto (PIB). Esse é um setor altamente demandante de combustíveis fósseis, perdendo somente para o de transportes, tendo consumido 41% da energia elétrica produzida no Brasil no ano de 2012¹⁹.

No caso da pegada de materiais, embora ainda sem metodologia totalmente consensuada, é um importante indicador, pois identifica quais as forças que ditam o uso e consumo de recursos naturais, bem como, facilita a discussão sobre os impactos ambientais associados a extração desses materiais.

A análise da Pegada de Materiais per capita do Brasil mostra um aumento no período de 1990-2008, em níveis superiores ao Produto Interno Bruto (PIB) e ao CDM (FIGURA 1). Isso demonstra que os ganhos de produtividade não estão sendo suficientes para reduzir a demanda por matéria-prima por unidade de PIB, ou seja, no período analisado, não ocorreu o desacoplamento entre a atividade econômica e o uso dos recursos naturais, nem em termos relativos, nem em termos absolutos.

A Pegada de Materiais mede a quantidade de matéria-prima que um país consome, indicando a quantidade de matéria-prima utilizada na produção de tudo que é consumido no país, além do que foi importado e exportado.

FIGURA 1: Pegada de Materiais per capita (PM/cap) em quatro categorias e Consumo Doméstico de Materiais per capita (CDM/cap) do Japão, Reino Unido, países da OCDE e Brasil no período de 1990–2008. A unidade de medida é t/cap



.Fonte: Adaptado de Wiedmann e colaboradores (2015).

¹⁸ <http://www.mma.gov.br/clima/politica-nacional-sobre-mudanca-do-clima>

¹⁹ Anuário estatístico de energia elétrica 2013 (EPE, 2013).

Todos os recursos acima mencionados serão mais demandados com o aumento do consumo, sendo ainda estritamente relacionado a renda da população. No caso do Brasil, ainda existe, uma alta concentração de renda com os 10% mais ricos concentrando entre a metade e 2/3 de toda a renda do país desde 1974. A TABELA 1, demonstra a evolução do rendimento médio mensal entre os anos de 2012 e 2015, com o aumento da renda, o que leva a uma mudança dos tipos de itens de consumo, como do aumento do volume do que é consumido (FIGURA 2). Pode-se observar também que a maior parcela da população brasileira está limitada, devido a renda insuficiente, para usufruir dos bens e serviços disponíveis no mercado.

TABELA 1. Rendimento médio mensal nominal das pessoas.

Ano	2012	2013	2014	2015
Rendimento mensal médio	1.437	1.567	1.679	1.746

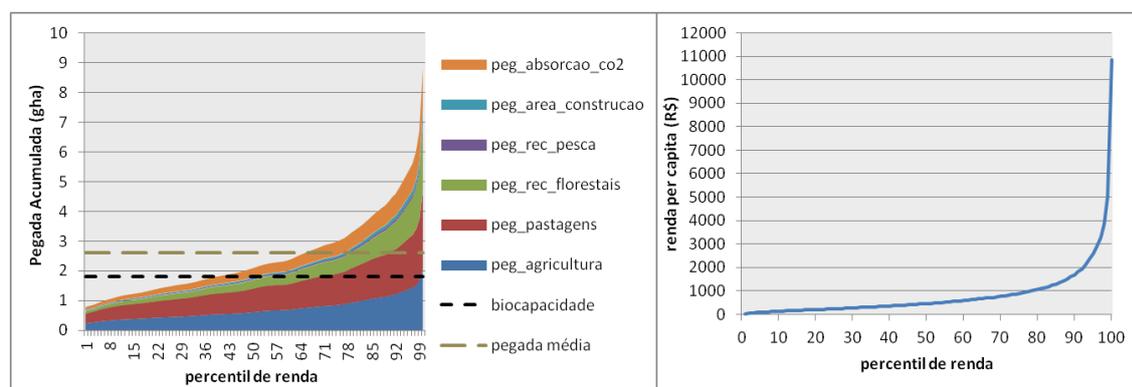
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

As despesas das pessoas com menor renda se concentram em habitação e alimentação, mas à medida que a renda aumenta, os bens e serviços ligados à saúde, educação e transporte passam a ser mais visados, sendo que a quantidade per capita de quase todos os bens de consumo sobe com a renda²⁰.

Nos atuais padrões de produção e de consumo no Brasil, as famílias que apresentam uma pegada ecológica no limite da biocapacidade do planeta são aquelas que têm renda familiar per capita de R\$ 470, ou seja, que é comprometida em sua maior parte com alimentação e habitação.

Em termos de pegada ecológica²¹, o aumento de 1% na renda de um indivíduo com renda familiar per capita de R\$ 2.268 levaria a um aumento de 0,0094 gha, enquanto o aumento de 1% na renda de um indivíduo com renda familiar per capita de R\$ 170 levaria a um aumento de 0,0046 gha.

FIGURA 2: Pegada Acumulada por percentil de renda



Fonte: SAE (2015)

²⁰ Padrões de Consumo e Desenvolvimento Sustentável: Tendências do Crescimento e Redistribuição de Renda sobre o Meio Ambiente (SAE, 2015).

²¹ Metodologia de contabilidade ambiental que avalia a pressão do consumo das populações humanas sobre os recursos naturais. Expressada em hectares globais (gha), permite comparar diferentes padrões de consumo e verificar se estão dentro da capacidade ecológica do planeta. Fonte: WWF Brasil

No caso dos alimentos, por exemplo, a relação entre despesas e quantidades consumidas é decrescente em função da renda²². Isso significa que, conforme aumenta a renda, aumenta o consumo quantitativo de alimentos, no entanto numa taxa cada vez menor em relação à renda. Certamente, alguns bens de consumo, devido a sua elasticidade qualidade-renda, apresentam um limite em termos de quantidade conforme aumenta a renda. Observa-se, também, que com a elevação da renda, maior é a quantidade de bens industrializados adquiridos como, por exemplo, carros, motos e aparelhos de ar condicionado, dentre outros.

A lógica atual pode-se resumir assim: conforme ocorre o aumento da renda, aumenta o consumo e conseqüentemente a pressão sobre os recursos naturais. Esse é o desafio que se apresenta atualmente para o Brasil, onde a melhoria do bem-estar humano, considerado de forma integral e o uso sustentável dos recursos naturais precisam ser dissociados do crescimento econômico, buscando assim uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável.

²² SAE (2015).

5. Um Olhar para o Futuro - O Plano de Produção e Consumo Sustentáveis/PPCS

Considerando o cenário acima exposto, pode-se concluir que a construção de um caminho mais sustentável para a sociedade brasileira perpassa, sem dúvida, pela mudança dos atuais padrões de produção e consumo para uma economia na qual o uso circular e eficiente dos recursos do planeta transforme, de maneira progressiva, as estruturas econômicas em mais ecológicas e inclusivas. Nesse caso, a eficiência no uso de recursos é pilar fundamental para a transição para o consumo e a produção mais sustentáveis. Para tal, é preciso trabalhar nas duas pontas do mercado: a produção (fazer mais com menos) e a demanda (consumir melhor, de forma mais consciente).

Assim, o desenvolvimento do Plano de Produção e Consumo Sustentáveis, com políticas públicas que direcionem suas economias para sistemas mais eficientes, nas quais os processos produtivos sejam reestruturados e os consumidores desempenhem um papel ativo na demanda por produtos e serviços mais sustentáveis, traz um novo olhar para futuro.

Corroborando com as discussões sobre PCS nos níveis internacional e nacional, o Ministério do Meio Ambiente, em parceria com um grupo diversificado de atores - instituições governamentais e da sociedade civil - lançou em 2011 o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis – PPCS, como resultado de um processo de construção amplo e participativo²³.



5.1 Conhecendo o Processo de Construção e Implementação do PPCS

O Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis - PPCS brasileiro foi elaborado segundo as premissas do Processo de Marrakesh, apresentando os conceitos, antecedentes e escopo, assim como a indicação das estruturas de sua implementação e a definição de suas prioridades.

Essa proposta foi submetida a um processo de revisão, entre 2009 e 2010, que envolveu a equipe técnica do MMA, o Comitê Gestor Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis – instituído pela Portaria MMA nº 44, de 2008 – e parceiros. Ao longo do processo de elaboração do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis, o Comitê Gestor

²³ <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/plano-nacional>

**Plano de Produção e
Consumo Sustentáveis**

O objetivo primordial do PPCS é fomentar dinâmicas e ações, no médio e longo prazos, que mudem o atual paradigma de produção e consumo, contribuindo significativamente para o desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira.

Os objetivos gerais são:

1. Fomentar no Brasil um vigoroso e contínuo processo de ampliação de ações alinhadas ao conceito de PCS, tal como estabelecido pela ONU no Processo de Marrakesh, compartilhando com os nossos parceiros nacionais e internacionais o esforço por promover também a sustentabilidade no plano global;

2. Integrar a iniciativa de disseminação de PCS ao esforço de enfrentamento das mudanças climáticas, e também a outras frentes prioritárias para a sociedade brasileira, como o combate à pobreza, a distribuição equitativa dos benefícios do desenvolvimento, a conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais.

O objetivo específico é fornecer as diretrizes básicas e eleger as prioridades para que um conjunto de ações cabíveis, articuladas entre si, possa efetivar mudanças expressivas e mensuráveis, tanto nos padrões de consumo como de produção, que possam ser reconhecidos como mais sustentáveis.

Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis identificou um conjunto de 17 temas que constituíram o arcabouço do PPCS, sendo eleitos 6 como temas prioritários para o 1º ciclo de implementação

Paralelamente, nesse período, também foi elaborado o projeto de cooperação “Eficiência de Recursos e Produção e Consumo Sustentáveis”, entre o Ministério do Meio Ambiente e o PNUMA, que iniciou em 2010 e ainda está em implementação, cujo objetivo é “promover no Brasil um forte e contínuo processo de disseminação de ações alinhadas com o conceito de Consumo e Produção Sustentáveis, estabelecido pelo Processo de Marrakesh, integrado aos esforços nacionais para abordar as mudanças climáticas, a redução da pobreza, o desenvolvimento econômico e a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais”. O projeto PNUMA tem sido um dos principais instrumentos de apoio à realização de estudos, campanhas e outras atividades e ações necessárias à implementação do Plano.

Dando continuidade ao processo de elaboração do Plano, o documento foi disponibilizado para consulta pública, entre setembro e novembro de 2010, tendo a versão final incorporado as contribuições desse processo, bem como as atualizações necessárias até seu lançamento, em setembro de 2011.

Já em final de 2014, foi elaborado um relatório de implementação do PPCS, que consolidou as medidas e iniciativas que contribuíram com os esforços de modificação dos padrões de produção e consumo no Brasil no 1º ciclo de implementação do Plano, considerado o período de 2011 a 2014.

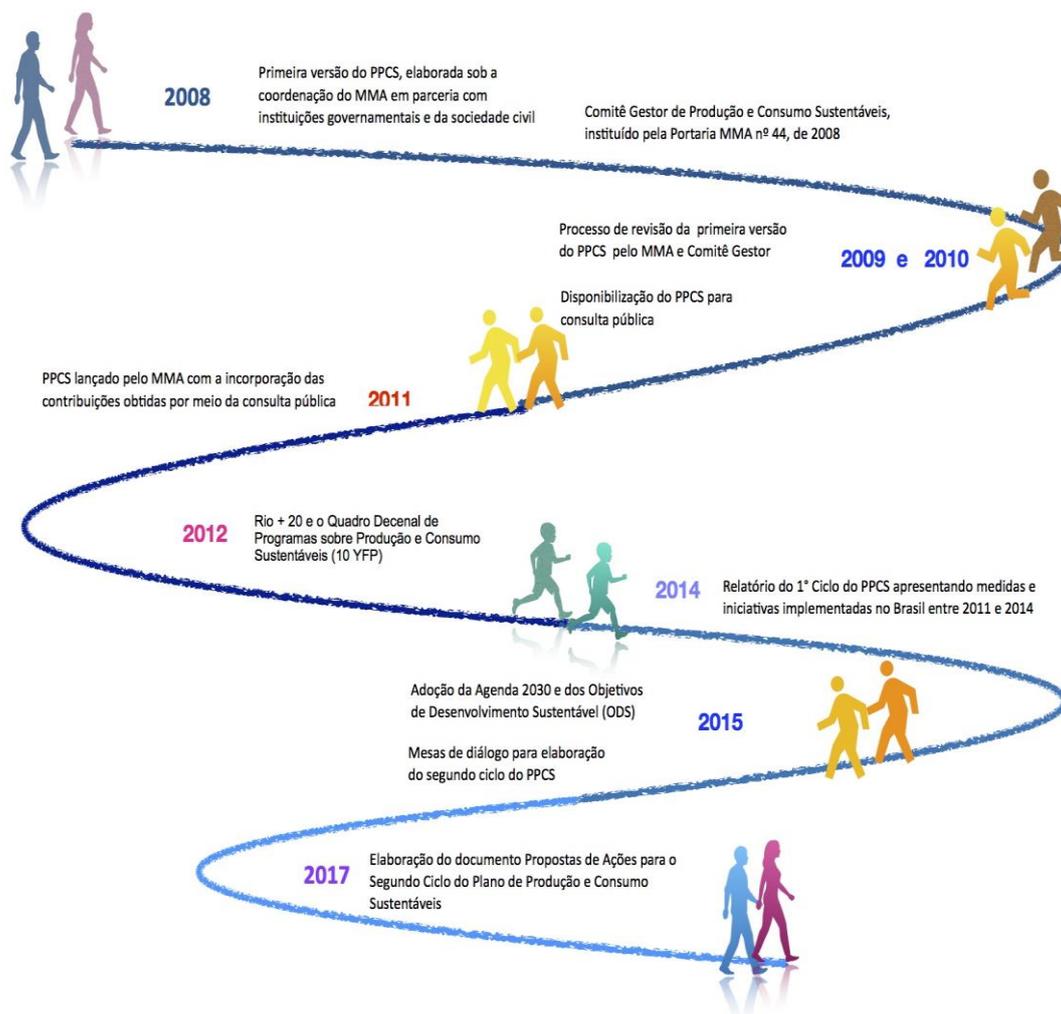
Com a aprovação da Agenda de Desenvolvimento 2030 na Cúpula das Nações Unidas (setembro 2015), que adotou os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas, foi constituído um desafio adicional no contexto de implementação do Plano. A esse desafio, ainda, devem ser somados aqueles referentes ao atual contexto político, institucional e econômico do Brasil, bem como as dificuldades referentes às mudanças climáticas e à crise hídrica, que vem afetando vários estados brasileiros. As incertezas relativas a essa realidade ambiental trazem certamente desafios complementares para governos, empresas e a sociedade como um todo, mas que podem

também constituir oportunidades para a adoção de tecnologias mais eficientes, inovação de processos e uma mudança de comportamentos, que se reflitam em padrões mais

sustentáveis de consumo e de produção no País.

Na continuidade dos esforços de implementação do Plano, e iniciando a construção do 2º ciclo (2016-2020), em 2015, foram realizadas mesas de diálogos, que envolveram parceiros representantes dos diversos setores da sociedade para identificação das estratégias e a revisão e atualização dos eixos temáticos, que foram sistematizados e organizados pela equipe do MMA e são apresentados no presente documento.

FIGURA 3. Linha do tempo do processo de construção e implementação do PPCS no Brasil.



5.2 Diretrizes Gerais para a implementação do 2º ciclo do PPCS

Considera-se que o grande desafio a ser enfrentado durante a implementação do 2º ciclo do PPCS será o delineamento de instrumentos capazes de adequar o planejamento governamental que, em conjunto com outras iniciativas da sociedade civil e da área empresarial, contribuam para a reversão de tendências restritivas à melhoria do bem-estar da população brasileira dentro de um contexto de desenvolvimento sustentável.

As diretrizes são resultantes de um processo consultivo, realizado por meio de entrevistas sob a coordenação do MMA, durante o primeiro semestre de 2017, junto aos seus diferentes parceiros da sociedade. Esse processo teve como objetivos: identificar possíveis barreiras na implementação e na governança do primeiro ciclo do PPCS, sistematizar lições aprendidas ao longo do processo de atuação nos distintos eixos temáticos e sugestões para aumentar a efetividade do processo.

Assim, com o intuito de contribuir para sua execução são apontadas abaixo algumas diretrizes gerais para implementação do 2º ciclo do PPCS:

- Potencializar o papel de mobilizador do governo no processo de engajamento, debate, acompanhamento e divulgação do PPCS junto aos atores sociais, tornando-os coparticipes do processo;
- Promover o envolvimento amplo da sociedade brasileira no processo, tanto por meio das organizações já engajadas no Comitê Gestor do PPCS, quanto por meio de outras instituições e redes que possam ser identificadas e motivadas a participar;
- Fomentar ações de divulgação para que o tema da PCS alcance todos os níveis das organizações, incluindo os dirigentes de hierarquia mais elevada da administração pública;
- Considerar a diversidade de públicos, culturas regionais e grupos sociais, bem como de interesses quanto ao engajamento na temática do PCS, de modo a ser mais o abrangente possível na cobertura de suas ações;
- Promover a divulgação e a capacitação em PSCS para os diferentes níveis e esferas de governo, buscando posicionar o tema na governança pública;
- Divulgar, compartilhar e integrar aprendizados oriundos do PPCS, tanto do setor público como do privado;
- Considerar os acordos internacionais assinados pelo Brasil, especialmente as Convenções sobre Biodiversidade e Mudança do Clima, vinculados direta ou indiretamente às prioridades do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis;
- Divulgar os manuais de boas práticas setoriais, considerando as particularidades dos setores ou práticas de mercado consolidadas;
- Fomentar, nos diferentes setores da sociedade, a gestão de aspectos e impactos referentes à sustentabilidade, por meio da demonstração de eficiência, da melhoria

de processos, dos sistemas de prevenção de poluição, do tratamento de resíduos e dos indicadores ambientais facilmente comparáveis, entre outros;

- Sensibilizar e mobilizar os consumidores para o poder transformador da sociedade e do meio ambiente por meio da compra, uso e descarte de produtos ou serviços, e por meio do envolvimento de formadores de opinião; e
- Fomentar a definição de metodologias de mensuração e verificação dos critérios de sustentabilidade para produtos e serviços que abranjam diversas modalidades

5.3. Eixos Temáticos e propostas de ação para o Segundo Ciclo do PPCS

Os dez eixos temáticos e suas respectivas propostas de ação para a implementação apresentadas neste capítulo são resultantes do processo de avaliação dos avanços realizados no 1º ciclo de implementação do PPCS (2011-2014), as mesas de diálogo realizadas com os diferentes setores e uma consulta pública, considerando, ainda, os contextos nacional, regional e global para a continuidade da implementação da agenda de transição para padrões mais sustentáveis de produção e de consumo no Brasil.

Nesse sentido, as propostas de ação no âmbito do PPCS incorporam e beneficiam-se da influência recíproca que existe entre produção e consumo, levando em conta os limites físicos e biológicos que a natureza impõe e os valores éticos que formam a cultura da sustentabilidade.



5.2.1 Compras Públicas Sustentáveis

Compras públicas sustentáveis são os procedimentos administrativos formais que contribuem para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, mediante a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens, contratações de serviços e execução de obras.

Cenário almejado para o Segundo Ciclo do PPCS

O 2º Ciclo do Plano de Produção e Consumo Sustentáveis – PPCS tem o intuito de continuar fomentando dinâmicas e ações que mudem o atual paradigma de produção e consumo, de forma a contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável da economia e da sociedade brasileira. Nesse sentido, o Governo Federal entendeu que não é suficiente definir normas de conduta responsável para o setor público e, por indução, para o setor privado, todavia, deve assumir uma posição de liderança e, ao mesmo tempo, dar exemplo de gestão socioambiental mais eficiente, capaz de induzir grandes transformações em prol da sustentabilidade no setor produtivo. Para isso é importante ampliar as compras públicas sustentáveis no âmbito da administração pública e incentivar as empresas a ampliarem, também, seu portfólio de produtos e serviços sustentáveis.

Art. 3º da Lei No 8.666/1993, Licitação Sustentável é aquela que se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. (Redação dada pela Lei no 12.349, de 2010).

Propostas de ação para o Segundo Ciclo do PPCS

COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS	1) Fortalecimento da Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;
	2) Criação de um fórum permanente de diálogo entre os setores público e privado para promover o debate sobre o tema de produção e consumo sustentáveis;
	3) Definição e utilização de metodologias de mensuração e verificação dos critérios de sustentabilidade para produtos e serviços, em parceria com o setor privado e academia;
	4) Alinhamento das ações realizadas pelos governos federal e estaduais sobre compras públicas sustentáveis;
	5) Proposição de melhorias do arcabouço jurídico;
	6) Construção, de forma colaborativa, de rótulos, selos e normas com critérios ambientais, sociais e econômicos;
	7) Fomento à adoção de critérios de sustentabilidade em sua cadeia produtiva pelas empresas de grande porte;
	8) Conscientização da importância de incorporar a perspectiva socioambiental nas contratações públicas e privadas;

Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis
Estratégias para Implementação do 2º Ciclo

	9) Capacitação continuada de todos os envolvidos nas contratações públicas sustentáveis;
	10) Apoio à implementação de um sistema de informação para compras públicas sustentáveis.



5.2.2 Finanças Sustentáveis

O princípio básico das finanças sustentáveis é a integração de critérios sociais e ambientais, além dos econômicos, às atividades, produtos, serviços e relacionamentos das organizações, o que significa, por exemplo, analisar o risco socioambiental na hora de conceder créditos.

As instituições do setor financeiro são responsáveis pela gestão dos recursos que movimentam toda a economia e, como tal, têm potencial para contribuir significativamente com o desenvolvimento sustentável. A consciência sobre esse papel tem feito com que as finanças sustentáveis ganhem cada vez mais relevância no cenário nacional e internacional.

Cenário almejado para o Segundo Ciclo do PPCS

Entende-se que é fundamental para alcance dos objetivos do segundo ciclo do PPCS que se alavanque, de modo negociado, voluntário e planejado, a internalização da variável socioambiental nas atividades, tanto internas quanto externas, desenvolvidas pelas entidades integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Nesse sentido, a contribuição da comunidade financeira pode estar na indicação de que empresas, governos e cidadãos podem alinhar a alocação de recursos ao conceito de sustentabilidade. Isto pode ser visto como uma extensão natural da ênfase usual da gestão financeira corporativa em criação de valor, passando-se a considerar, na discussão sobre *value drivers* das organizações, um conjunto maior de grupos de interesse. Além da criação de novos produtos, com características específicas ligadas à inclusão social ou à preservação ambiental; no aperfeiçoamento de processos existentes, como a inserção de variáveis socioambientais na avaliação de risco de crédito, nas decisões de financiamento e alocação de recursos e, ainda, na adoção de critérios de sustentabilidade para o desenvolvimento e seleção de fornecedores.

Propostas de ação para o Segundo Ciclo do PPCS

FINANÇAS SUSTENTÁVEIS	1) Implementação e melhoria contínua de sistemas de gestão socioambiental;
	2) Aprimoramento e disseminação das melhores práticas de avaliação e mensuração de impactos sociais e ambientais;
	3) Realização de programas de treinamento e assistência técnica

Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis
Estratégias para Implementação do 2º Ciclo

	para formação de equipes qualificadas no sistema financeiro para avaliar e monitorar os riscos sociais e ambientais dos negócios;
	4) Desenvolvimento de iniciativas em políticas de estado e fiscais que estabelecessem os preços de atividades/produtos/serviços segundo seu impacto socioambiental, com tributação diferenciada, incentivos e regulação específica;
	5) Criação, em parcerias bancos/setor público, de novos instrumentos econômicos (benefícios financeiros, créditos, etc) que viabilizem projetos socioambientais de longo prazo;
	6) Desenvolvimento dos mercados de carbono e energia, buscando a regulação desses mercados;
	7) Estimulo à criação, fortalecimento e ampliação de fundos socialmente responsáveis;
	8) Estimulo à criação, fortalecimento e ampliação de programas de microcrédito;
	9) Estimulo à criação de linhas de crédito, benefícios e incentivos fiscais para o desenvolvimento de tecnologias mais limpas;
	10) Estimulo ao desenvolvimento e oferta de seguros ambientais;
	11) Definição de critérios socioambientais para financiamentos e repasses de recursos públicos para projetos e obras;
	12) Estimulo a adoção da ABNT NBR 16001- Responsabilidade Social - Sistema de Gestão requisitos.

1)



Um conceito atual para a indústria moderna é aquele onde se desenvolve processos de produção de circuito fechado, com os resíduos se tornando insumos para novos processos. Além do uso mais efetivo de recursos internos, ou agrupamento com outros processos industriais. Estuda-se o redesenho de processos de fabricação e relações comerciais para usar menos energia, gerar menos resíduos e substituir catalisadores e enzimas não poluentes em vez de usar processos químicos mais tradicionais, reconhecendo que existe um fluxo constante de energia e reciclagem de matéria.

No Processo de Marrakesh, "produção sustentável" pode ser entendida como sendo a incorporação, ao longo de todo o ciclo de vida de bens e serviços, das melhores alternativas possíveis para minimizar impactos ambientais e sociais.

Assim, economias bem-sucedidas no processo de industrialização são aquelas que atingem um estágio de desenvolvimento industrial em que são capazes de desenvolver e absorver novas tecnologias e disseminar as mudanças tecnológicas para todo o resto da economia, como por exemplo, o fluxo de materiais por meio de design de produto, logística reversa, inovação do modelo de negócios e colaboração Inter setorial.

Cenário almejado para o Segundo Ciclo do PPCS

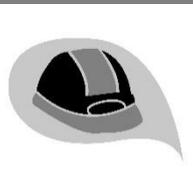
Na perspectiva para a implementação do 2º ciclo do PPCS é prioritária a integração entre a política nacional de desenvolvimento sustentável com a política industrial, voltada para a racionalidade no uso dos recursos naturais e inovação nos processos de produção. Além disso, é necessário compatibilizar a política industrial com as políticas macroeconômicas, de competitividade (como política de defesa da concorrência) e regulatórias (como direitos de propriedade autorais, mercado de trabalho, transferência tecnológica e proteção do meio ambiente). Assim, é fundamental que conceitos relevantes, tais como, o da produção mais limpa (P+L), eco eficiência, perspectiva do ciclo de vida, sustentabilidade ao longo da cadeia de suprimentos (*Green Supply Chain*) e logística reversa, passem a considerados como elementos fundamentais para a elaboração e execução dos planos de sustentabilidade da indústria brasileira.

Propostas de ação para o Segundo Ciclo do PPCS

INDÚSTRIA SUSTENTÁVEL	1) Otimização do consumo de matérias-primas;
	2) Otimização do consumo de energia;
	3) Redução da emissão de gases de efeito estufa, seguindo as

Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis
Estratégias para Implementação do 2º Ciclo

	diretrizes do Plano Indústria;
	4) Intensificação da reutilização e da reciclagem de materiais;
	5) Maximização do uso sustentável de recursos renováveis;
	6) Melhoria dos atributos ambientais dos produtos;
	7) Fomento a uma transição gradual para o modelo de economia circular.
	8) Potencializar os canais de comunicação com as partes interessadas e disseminação de boas práticas socioambientais



5.2.4 Construção Sustentável

O conceito de Construção Sustentável refere-se ao desempenho de sustentabilidade das construções ao longo de todo o seu ciclo de vida, incluindo design, produção de materiais, transporte, construção, uso e manutenção, renovação, desconstrução e reciclagem. Por meio desse conceito se busca otimizar o desempenho e reduzir os impactos negativos em relação ao uso de materiais, energia, água e terra, bem como a qualidade e conforto do ar interior e a geração de resíduos, águas residuais e emissões atmosféricas, incluindo gases de efeito estufa, partículas e outros poluentes.

Cenário almejado para o Segundo Ciclo do PPCS

A expectativa para o 2º ciclo do PPCS é que, a experiência de indução do setor da construção civil seja reforçada por meio da adoção de práticas que melhorem o desempenho socioambiental, desde o projeto até a construção efetiva, passando por criteriosa seleção de materiais e alternativas menos impactantes ao ambiente e à saúde humana.

Ressalta-se, portanto, que no âmbito das edificações, a redução do consumo de matérias-primas é uma prioridade. A promoção da industrialização da construção permitirá reduzir as perdas e, em consequência, os impactos ambientais da construção, além da redução de resíduos.

Dessa forma, ratifica-se a necessidade de apoiar a adoção das metas em cidades e assentamentos humanos de modo a superar as demandas do setor como um todo: ampliação de conhecimento, campanhas de esclarecimento e sensibilização da população, capacitação técnica dos profissionais que atuam no setor; ferramentas específicas; incentivos e linhas de financiamentos específicos; legislação e regulamentos específicos, entre outros.

Para tal, identifica-se a necessidade de focar na parceria entre o setor público, o setor privado e a sociedade civil, que possibilitem, considerando a disponibilidade de insumos e matérias-primas, e as especificidades de cada região.

Propostas de ação para o Segundo Ciclo do PPCS

CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL	1) Fomento ao desenvolvimento do Programa PBQP-H para garantia da qualidade dos produtos e serviços da Construção Civil;
-----------------------------------	--

Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis
Estratégias para Implementação do 2º Ciclo

	2) Fomento ao desenvolvimento do PBE Edifica, no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem - PBE, para a etiquetagem voluntária do nível de eficiência energética de edifícios comerciais, de serviços e públicos;
	3) Fomento à parceria com Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, municípios e estados para a ampliação dos critérios de sustentabilidade nas habitações de interesse social;
	4) Apoio e fortalecimento do Projeto Esplanada Sustentável (PES);
	5) Apoio, em parceria com a CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), dos programas no setor de construções sustentáveis, compreendendo: água, energia, resíduos, sistemas e materiais, mudanças climáticas, desenvolvimento humano, meio ambiente, infraestrutura e desenvolvimento urbano;
	6) Apoio a programas no setor construção civil nos temas de eco design e arquitetura sustentável; eficiência energética, uso racional da água, inovação tecnológica, redução de Gases de Efeito Estufa - GEE na cadeia de produção, infraestrutura urbana, valorização do trabalhador da construção civil, treinamento e melhoria da mão de obra, gestão da qualidade e de resíduos e conservação ambiental;
	7) Apoio e participação em programas no setor de construção sustentáveis, compreendendo os seguintes temas: água, energia, resíduos, sistemas e materiais, mudanças climáticas, desenvolvimento humano, meio ambiente infraestrutura e desenvolvimento urbano;
	8) Elaboração de guias e manuais que mostrem os impactos das escolhas de materiais, componentes e sistemas em construções sustentáveis, seja em reformas ou retrofits, de modo a induzir a utilização de técnicas e materiais de menor impacto socioambiental;
	9) Elaboração de estudos e publicações que promovam a adoção de práticas sustentáveis no setor da construção e nas edificações;
	10) Elaboração, em parceria com o CBCS/PNUMA, de estudos de referência com a metodologia de ACV e governança da área de Materiais e Componentes de Construção do PBACV (Programa Brasileiro de Avaliação do Ciclo de Vida), e discussão com atores estratégicos do setor, que permita a introdução acelerada de boas práticas de produção e consumo sustentáveis na cadeia produtiva da construção;
	11) Acompanhamento do desenvolvimento da indústria de reciclagem de resíduos da construção civil e a normatização dos produtos reciclados;
	12) Incentivo ao uso, por meio de linhas de crédito, financiamentos e subsídios, em edifícios e residências – prioritariamente em habitações de interesse social e obras públicas –, de sistemas de aproveitamento de energia solar, fotovoltaica e energia solar foto térmica, e energia eólica e outras formas de energias renováveis;
	13) Incentivo ao desenvolvimento de método de avaliação da acessibilidade aos sistemas de transportes em futuros empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, como recomendação ou normativa e contribuindo para a construção de cidades melhor adaptadas à sustentabilidade;
	14) Promoção de iniciativas de capacitação nos municípios com vistas a fomentar novos padrões de estruturação urbana, por meio do Plano Diretor de Mobilidade Urbana, e tendo em vista a implementação de Lei nº 12.587/2012, que institui as diretrizes da política nacional de mobilidade urbana;

Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis
Estratégias para Implementação do 2º Ciclo

	15) Apoio ao aperfeiçoamento do modelo de gestão do Fundo Socioambiental - FSA CAIXA de modo a fortalecer as políticas e programas de sustentabilidade para construções;
	16) Apoio ao desenvolvimento de especificações de desempenho dos empreendimentos de Habitação de Interesse Social – HIS baseado na NBR 15575;
	17) Promoção de iniciativas visando a ampliar as fontes de energia participantes do sistema de compensação: fontes renováveis e cogeração qualificada;
	18) Fomento à criação de linhas de recursos não reembolsáveis específicas para projetos de pesquisa e inovação tecnológica focados em sistemas de aproveitamento da energia solar e biogás.



5.2.5 Varejo Sustentável

Englobando todas as atividades envolvidas na comercialização de bens ou serviços diretamente aos consumidores finais, o varejo está estrategicamente localizado entre estes e os fornecedores, o que lhe confere um papel de fundamental importância como intermediador na cadeia de suprimentos.

Por ser um importante elo de ligação, o varejo tem capacidade de promover mudanças em prol da sustentabilidade. O varejo pode impulsionar a sustentabilidade ao adotar critérios de compra que superem o tradicional binômio preço-qualidade, incentivando seus fornecedores a desenvolver produtos com diferenciais ambientais e/ou sociais.

Pelo lado da demanda, o varejo tem a possibilidade de auxiliar os consumidores a utilizarem critérios socioambientais em suas decisões de compra, tanto disponibilizando produtos mais sustentáveis como fornecendo informações no ponto-de-venda.

Cenário almejado para o Segundo Ciclo do PPCS

Posicionar o varejo como centro de disseminação de valores sustentáveis para a comunidade em que está localizado. Apesar das diversas iniciativas sistemáticas e voluntárias das empresas, do governo e da sociedade civil, ainda há lacunas, como a falta de conexão entre o discurso e a prática da sustentabilidade.

Para que as diversas empresas e entidades varejistas possam se tornar centros irradiadores de valores sustentáveis para a comunidade é preciso ampliar o envolvimento dos consumidores nesse processo. Nesse sentido, o varejo tem condições de informar e facilitar o processo de compra dos consumidores, exercendo seu forte papel de influência sobre a cadeia de valor. A comunicação transparente do varejo e da indústria com os consumidores precisa ser a base desse processo.

Houve uma evolução significativa no entendimento das empresas varejistas e dos seus fornecedores sobre a importância de reduzir o impacto ambiental na cadeia de suprimentos. Entretanto, são necessários avanços, de modo que as cadeias de valor do varejo e da indústria abordem, de forma sistemática e estratégica, as questões sociais, sobretudo aquelas que dizem respeito às condições de trabalho. Para valorizar as iniciativas das empresas e entidades varejistas que estão trabalhando pela sustentabilidade nesses últimos anos, é preciso estender as práticas sustentáveis por toda a cadeia de valor desse setor, aumentando a responsabilidade de todos os agentes envolvidos sobre as questões sociais e ambientais. Caso contrário, todo o setor continuará a ser penalizado pelos que não estão desenvolvendo iniciativas nesse sentido.

Outra questão é que, o varejo e a indústria têm juntos condições de aproximar o poder público da realidade e da complexidade dos processos produtivos e do trabalho nestes setores.

Propostas de ação para o Segundo Ciclo do PPCS

VAREJO SUSTENTÁVEL	1) Combate às perdas e ao desperdício de alimentos;
	2) Aumento da oferta de produtos mais sustentáveis;
	3) Estímulo à certificação e a selos que garantam Sustentabilidade e origem dos produtos;
	4) Diminuição das embalagens em excesso nos produtos;
	5) Apoio a produtores e fornecedores locais;
	6) Investimento em comunicação e mobilização, e envolvimento dos consumidores com a sustentabilidade;
	7) Implementação de programas de gestão dos resíduos;
	8) Ampliação do número de lojas coerentes.



5.2.6 Agricultura Sustentável

O conceito de agricultura sustentável remete a garantia de que, os requisitos nutricionais básicos das gerações presentes e futuras sejam atendidos, ao mesmo tempo em que oferecem uma série de benefícios econômicos, sociais e ambientais. Provem emprego, renda suficiente e condições dignas de vida e de trabalho para todos os que estão envolvidos na produção agrícola. Além disso, sempre que possível, aumenta a capacidade produtiva dos recursos naturais e renováveis e sua capacidade regenerativa, mantendo o funcionamento dos ciclos ecológicos básicos, respeitando os atributos socioculturais das comunidades rurais envolvidas.

Cenário almejado para o Segundo Ciclo do PPCS

Os países desenvolvidos e em desenvolvimento precisariam proceder mudanças de paradigma no desenvolvimento agrícola, no qual a "revolução verde" seria substituída por uma opção de intensificação verdadeiramente sustentável. Isso implicaria em uma mudança rápida e significativa dos insumos para a indústria e da monocultura convencional rumo a um mosaico, com sistemas regenerativos, resilientes e integrados que melhorariam consideravelmente a produtividade dos agricultores. É necessária uma mudança de visão para uma abordagem holística na gestão agrícola. Esta reconheceria que um agricultor não é apenas um produtor de bens agrícolas, mas um gestor de um sistema agroecológico, que fornece um grande número de bens públicos e serviços, como segurança territorial, alimentar, água de qualidade, solo estruturado, paisagem, energia, biodiversidade, cultura e recreação.

Para tanto, o desenvolvimento rural tem um papel importante para lidar com a escassez de recursos e a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. No entanto, os métodos de produção teriam que ser adaptados às realidades locais, mais resilientes, melhorando significativamente a governança do processo produtivo, corrigindo problemas de assimetrias na entrada de alimentos nos mercados, bem como nas atuais regras do comércio para a agricultura.

A Agricultura Sustentável pode se tornar estratégica no sentido de modificar os padrões de produção e consumo no País. Por isso, no processo de construção do 2º Ciclo do Plano de Produção e Consumo Sustentáveis, considerou-se fundamental induzir o diálogo, buscar novas parcerias e fortalecer uma mobilização constante para avançar essa agenda fundamental para o Brasil. Para tal fim, são descritas a seguir algumas tendências/iniciativas que poderão alavancar a agricultura sustentável e que indicariam a situação desejada para o avanço da sustentabilidade no setor.

Propostas de ação para o Segundo Ciclo do PPCS

AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	1) Combate ao desperdício e às perdas de alimentos;
	2) Aumento da oferta de produtos mais sustentáveis;
	3) Estímulo à certificação e a selos que garantam a qualidade e origem dos produtos;
	4) Apoio a produtores e fornecedores locais, especialmente aqueles em transição agroecológica ou produção orgânica;
	5) Fortalecimento da comunicação e sensibilização;
	6) Crédito e Financiamento especialmente aqueles específicos e apropriados para a produção agroecológica;
	7) Fortalecimento e ampliação da Assistência Técnica e Extensão Rural para uma agricultura sustentável;
	8) Programas de P&D para o desenvolvimento de tecnologias para transição para agroecologia;
	9) Outras ações: controle e gerenciamento dos impactos socioambientais na produção agrícola; incentivo ao desenvolvimento de produtos com diferenciais ambientais e/ou sociais; e a racionalização da oferta de produtos, fazendo uso de entregas a granel com a redução do uso de embalagens.



5.2.7 Consumo Sustentável

O Consumo Sustentável envolve a escolha de produtos que utilizaram menos recursos naturais em sua produção, que garantiram o emprego decente aos que os produziram, e que serão facilmente reaproveitados ou reciclados. Significa comprar aquilo que é realmente necessário, estendendo a vida útil dos produtos tanto quanto possível. Consumimos de maneira sustentável quando nossas escolhas de compra são conscientes, responsáveis, com a compreensão de que terão consequências ambientais e sociais – positivas ou negativas.

A preocupação com o consumo está presente no debate nacional, sobretudo nos últimos dez anos. O Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) inseriu o tema na agenda governamental e fomentou movimentos voluntários na sociedade que despertem uma mudança dos atuais paradigmas insustentáveis de produção e consumo. Ampliou a disseminação de conceitos sobre o consumo, por meio de campanhas, publicações e capacitações ao longo desses quatro anos de implementação. Estudos e pesquisas realizados por meio de parcerias no 1º ciclo do PPCS também foram importantes para ampliar o conhecimento da realidade do cidadão brasileiro no que se refere a atitudes e comportamentos.

Cenário almejado para o Segundo Ciclo do PPCS

O Brasil tem pela frente um grande desafio, que não difere da maioria dos países em desenvolvimento, que é garantir a equidade do consumo respeitando os limites ambientais e sua capacidade de suporte. A redução das desigualdades é um dos maiores desafios que se coloca aos atuais padrões de consumo.

Torna-se fundamental a realização de um amplo debate, em nível nacional, para sensibilizar a sociedade a respeito dos impactos dos níveis de consumo das diferentes classes de renda, de modo que as respostas para esse desafio podem ser de fato construídas e legitimadas pela sociedade.

Com base nos dados apresentados, as ações relacionadas ao consumo no 2º Ciclo do PPCS poderiam ser priorizadas nas seguintes temáticas²⁴:

²⁴ Aqui não foi incluído o saneamento (apontado, pela consulta do CGEE²⁴, como uma das áreas do consumo mais relevantes para o Desenvolvimento Sustentável) por entender-se que sua menção nos estudos se deve muito mais ao fato de que um número grande de pessoas ainda não possui acesso a esse serviço básico no País. Mais do que tornar o saneamento mais sustentável do ponto de vista ambiental, é necessário aumentar sua oferta a todas às regiões, um problema ainda muito básico, já solucionado em outros lugares.

- Uso racional da água;
- Alimentação e nutrição;
- Mobilidade e transporte; e
- Bens: sobretudo os bens para manutenção da habitação; vestuário e calçados; aparelhos e equipamentos; e telefone.

Propostas de ação para o Segundo Ciclo do PPCS

CONSUMO SUSTENTÁVEL	1) Ampliação do debate para estimular padrões mais sustentáveis de consumo e sobre a (in)sustentabilidade dos atuais padrões em todos os setores da sociedade;
	2) Qualificação e divulgação de informação para subsidiar o debate sobre consumo;
	3) Ampliação do acesso aos bens, serviços e práticas sustentáveis para, além de priorizar o encorajamento para a escolha de bens e serviços mais sustentáveis, derrubar as barreiras para o acesso aos meios que possibilitem a mudança de comportamento;
	4) Identificação e incentivo a iniciativas sustentáveis inovadoras, além das práticas sustentáveis clássicas, em diversos setores da sociedade, desde iniciativas individuais ou de pequenos grupos coletivos de bairro até de pequenas, micro e grandes empresas;
	5) Regulação da publicidade e da comunicação mercadológica, e combate ao consumismo infantil para encorajar a adoção de padrões de consumo para o Desenvolvimento Sustentável.



5.2.8 Programa Ambiental na Administração Pública – A3P

A iniciativa voluntária Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P está vinculada ao Capítulo nº 4 da Agenda 21 – instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis. A A3P é uma agenda pioneira e um marco indutor das ações de sustentabilidade nos órgãos públicos. Parte do princípio de que a administração pública deve dar o exemplo na mudança dos padrões de produção e consumo, combatendo todas as formas de desperdícios. A agenda não é restrita ao meio ambiente. É mais ampla, trata de sustentabilidade, ou seja, envolve reduzir desperdícios, economizar recursos públicos, proteger o meio ambiente e proporcionar qualidade de vida no trabalho.

A A3P opera duas linhas de engajamento do setor público: a primeira é a adesão formal, monitorada pelo Ministério do Meio Ambiente; a segunda é uma rede colaborativa de informação – a chamada Rede A3P. Até o presente momento, a A3P conta com a adesão formal de 255 parceiros e mais de 500 participantes na Rede A3P.

Cenário almejado para o Segundo Ciclo do PPCS

O A3P tem ganhado amplitude nos últimos anos, especialmente junto aos municípios, então no escopo do segundo ciclo de PPCS, é fundamental a expansão do programa, com a busca de novos arranjos de governança para implementação do Programa, envolvendo parcerias com órgãos estaduais, consórcios de municípios e redes de sustentabilidade e a criação de estratégias de municipalização diferenciadas, que sejam eficientes e adequadas para as distintas realidades do País.

Espera-se também que se consolide a agenda de capacitação e as linhas de financiamento para projetos de sustentabilidade ligados aos 6 eixos temáticos da A3P, ademais de criar a certificação para os participantes do programa.

Propostas de ação para o Segundo Ciclo do PPCS

AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - A3P -	1) Continuidade no crescimento de números de parceiros da A3P, com novos arranjos de governança e estratégias de municipalização diferenciadas, que sejam eficientes e adequadas para as distintas realidades do País;
	2) Articulação do Programa com o MPOG, com a criação, em caráter obrigatório, de unidades específicas para tratar do tema da sustentabilidade nas instituições públicas, e a criação de um Comitê Setorial para tratar da implementação da Agenda nos órgãos militares e de segurança;
	3) Fortalecimento das ações relacionadas aos eixos temáticos da A3P,

Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis
Estratégias para Implementação do 2º Ciclo

	especialmente no eixo de licitações sustentáveis;
	4) Criação de uma agenda permanente de cursos de capacitação, que incluam: 1) capacitação presencial e à distância, sobre os seis eixos temáticos da A3P, para as 27 unidades da federação; 2) formação de agentes multiplicadores; 3) cursos específicos de capacitação por eixo da Agenda; e 4) programa de intercâmbio entre as instituições; e ampliar as parcerias com outras instituições que promovam capacitação;
	5) Elaboração de materiais específicos de orientação da A3P por setor: a) municípios com até 50.000 habitantes; b) órgãos e entidades públicas; c) instituições financeiras; d) tribunais; e) empresas públicas; e f) universidades e institutos federais;
	6) Implantação do sistema de monitoramento online da A3P (Ressoa) e do Banco de Boas Práticas, com a publicação de relatórios regulares de impactos do Programa;
	7) Inclusão de ações da A3P junto às escolas públicas, em parceria com o MEC, para apoiar a implementação do projeto Escolas Sustentáveis;
	8) Elaboração de uma proposta de metodologia para certificação pública da A3P. A ideia é que, a partir da certificação, seja possível apoiar financeiramente projetos de sustentabilidade, ligados aos 6 eixos temáticos da A3P.



5.2.9 Gestão de Resíduos Sólidos – Aumento da Reciclagem

A gestão de resíduos sólidos pode ser considerado como um tema transversal aos temas e estratégias abordados no 2º ciclo do PPCS. A Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS tem como um de seus princípios a abordagem sistêmica na gestão dos resíduos sólidos. Esse princípio responde face à natureza multidimensional da gestão dos resíduos, introduzindo o conceito de gestão integrada de resíduos sólidos, o qual designa o conjunto de ações voltadas para a busca de soluções, considerando as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

As ações prévias à coleta em si estão, portanto, atreladas a fatores culturais e a padrões comportamentais relativos ao consumo, ao desperdício, ao descarte e à conscientização do papel fundamental dessas ações para aumentar a eficiência da cadeia da reciclagem.

Portanto, a lógica de encadeamento das etapas previstas na PNRS é fundamental

fortalecer, prioritariamente, todas as ações que precedem a reciclagem e a reutilização. A reciclagem pressupõe a implantação de um sistema de coleta seletiva, mediante prévia segregação dos resíduos na fonte geradora e acondicionamento adequado.

A reciclagem, conforme a Lei nº 12.305/2010, consiste no “processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do SUASA”.

Cenário almejado para o Segundo Ciclo do PPCS

A adequada gestão de resíduos é um dos grandes desafios sociais e ambientais enfrentados pelos municípios para o desenvolvimento e implementação de cidades sustentáveis. Está vinculada aos modelos econômicos e de desenvolvimento e crescimento urbano adotados, o que faz com que toda e qualquer iniciativa voltada ao equacionamento dessa questão deva ser analisada à luz dos padrões atuais de produção e de distribuição da riqueza, assim como, do processo de produção do ambiente urbano construído e das formas de apropriação desses espaços pelos diferentes segmentos sociais e do cenário futuro ideal que se almeja alcançar. Diante desse cenário, a expectativa para o 2º ciclo do PPCS é que sejam estabelecidas novas experiências de indução em vários setores da economia com adoção de práticas que melhorem o desempenho socioambiental e com uma abordagem sistêmica na gestão dos resíduos.

Propostas de ação para o Segundo Ciclo do PPCS

Gestão de Resíduos Sólidos	1) Planejamento e Gestão para implementação da PNRS, em todas as esferas de governo, por meio dos planos nacional, estaduais, municipais e intermunicipais de resíduos sólidos;
	2) Coleta Seletiva dos resíduos, separados previamente na fonte geradora, como ação fundamental para a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos – RSU e instrumento da Política Nacional de Resíduos Sólidos;
	3) Implementação de sistemas de compostagem;
	4) Logística reversa e reciclagem, com base na responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto - fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos;
	5) Análise do Ciclo de Vida do produto – ACV, para definir o perfil ambiental do produto ou processo, bem como possibilitar que os fluxos de matéria e energia envolvidos no ciclo de vida de um bem sejam medidos e relacionados a diversas categorias de impactos ambientais.
	6) Incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados (previsto na Lei Federal nº 12.305/2010);
	7) Incentivo à Economia Circular e incorporação de conceitos de ciclo de vida para embalagens e produtos visando o seu aproveitamento e reciclagem após o descarte.



5.2.10 Relatos Corporativos de Sustentabilidade

A inclusão sistemática das questões ambientais, sociais e de governança (ESG, em inglês) nos processos de tomada de decisão das organizações e em suas estratégias de produção e mercado tem se tornado uma realidade no mundo. Nos últimos anos, esse panorama também começou a mudar, sendo possível identificar avanços na base produtiva brasileira, de forma dispersa mas consistente, acompanhadas de um crescente interesse das empresas em relatar esse esforço. Nesse contexto, os Relatos Corporativos de Sustentabilidade passam a ser um instrumento cada vez mais importante por incluírem uma abordagem ESG ao processo decisório das organizações, ajudando a melhorar o seu desempenho geral.

O processo de relato é importante, pois atende, pelo menos, a três objetivos: 1) comunicar e demonstrar o grau de compromisso de uma empresa com os aspectos socioambientais; 2) planejar atividades de forma integrada e melhorar a competitividade nos diversos mercados; e 3) fornecer subsídios para a tomada de decisão e a alocação eficiente de capital.

Cenário almejado para o Segundo Ciclo do PPCS

A consciência cada vez maior do papel social das empresas e a responsabilidade que decorre dos impactos de suas atividades têm levado à inclusão sistemática das questões ambientais, sociais e de governança nas organizações. Assim, para o 2º ciclo do PPCS busca-se, que sejam incorporados fatores como segurança energética, alimentar, hídrica e climática, no escopo de ação das empresas que pavimentem esse caminho rumo à economia sustentável. Assim, será possível identificar os parâmetros de sustentabilidade setoriais e globais que permitam gerar compromissos voluntários com as associações empresariais e outras organizações da sociedade interessadas, cujo instrumento de verificação de desempenho em relação a esses compromissos seja os Relatos Corporativos de Sustentabilidade.

Outro ponto importante é o estabelecimento de processos de diálogos com os diversos setores para ampliar o processo de escuta, engajamento e construção de uma Estratégia Nacional para a Promoção de Relatos Corporativos de Sustentabilidade e a discussão sobre os parâmetros de sustentabilidade setoriais e globais.

Propostas de ação para o Segundo Ciclo do PPCS

RELATOS DE SUSTENTABILIDADE	1) Criação de condições para que empresas públicas que integram os Orçamentos de Investimentos da União, Estados e Municípios divulguem anualmente Relatos Corporativos de Sustentabilidade na modalidade Relate ou Explique, adotando roteiro compatível com o porte, materialidade e relevância dos impactos sociais e ambientais;
	2) Incentivo às grandes empresas de capital fechado (alterando a Lei nº 11.638/2007) e limitadas, de grande porte, a publicar informações financeiras e não financeiras;
	3) Criação de incentivos para divulgação integrada de informações não financeiras e financeiras, na modalidade Relate ou Explique, como critério para participação em compras públicas sustentáveis, política de incentivos fiscais e acesso facilitado ao crédito, licenciamento e concessões;
	4) Identificação de parâmetros de sustentabilidade setoriais e globais que permitam gerar compromissos voluntários com as associações empresariais e outras organizações da sociedade interessadas, cujo instrumento de verificação de desempenho em relação a esses compromissos sejam os Relatos Corporativos de Sustentabilidade;
	5) Utilização da capacidade de indução das agências reguladoras, considerando a aplicabilidade e a relevância quanto aos impactos sociais e ambientais dos setores regulados, para exigir e/ou recomendar a prática do Relato Corporativo de Sustentabilidade das empresas reguladas;
	6) Criação de plataforma digital, de acesso público, para disponibilizar banco de dados com as informações das organizações e dados oficiais do Governo, acolher relatos de boas práticas, documentos/materiais de divulgação, acolher acervo de informações necessárias ao acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), indicadores e metas, relacionados com os compromissos da base produtiva do País, com a melhoria do desempenho socioambiental e da governança das empresas, e acolher a divulgação de relatos, viabilizando o monitoramento estatístico pela sociedade e as partes interessadas;
	7) Consideração, de forma efetiva, da aplicação do sistema internacional XBRL (Extensible Business Reporting Language) - dicionário estruturado que explica o conjunto de conceitos utilizados por um país, um grupo de países ou um domínio particular (bancos, seguradoras, bolsa de valores);
	8) Adoção de medidas de estímulo ao relato das pequenas e microempresas (P&ME) na cadeia de valor das empresas públicas e privadas, por meio da modalidade Relate ou Explique, em processos compatíveis com o porte, materialidade e relevância quanto aos impactos sociais e ambientais, das P&ME;
	9) Proposição às instâncias pertinentes do Governo federal de um modelo de relato anual compatível com a natureza, materialidade, relevância e capacidade gerencial das suas organizações, bem como sua publicação no website do órgão;
	10) Início de processos de diálogos com setores específicos não contemplados no GT, de modo a ampliar o processo de escuta, engajamento e construção de uma Estratégia Nacional para a Promoção de Relatos Corporativos de Sustentabilidade;

Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis
Estratégias para Implementação do 2º Ciclo

	11) Estabelecimento de mecanismo de governança como instrumento de coordenação e de diálogo permanente com as partes interessadas, com o objetivo de viabilizar uma Estratégia Nacional para a Promoção de Relatos Corporativos de Sustentabilidade e para uma gestão integrada de recursos financeiros e não financeiros.
--	--

6. Institucionalidade DE PPCS no Brasil

O Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentáveis - CGPCS, criado pela Portaria MMA nº 437, de 8 de dezembro de 2014 foi instituído como instância máxima deliberativa de desenvolvimento e implementação do PPCS. Para tanto, o Ministério do Meio Ambiente, em conjunto com o Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentável visa a fomentar soluções duradouras, eficientes e passíveis de multiplicação nacional e internacional, criando as condições para uma efetiva mudança nos atuais processos de produção e consumo, em benefício de todos.

Assim a aposta nesse processo de mudança é na governabilidade e no comprometimento das instituições que contribuem para a construção e implementação do Plano, adicionadas à motivação dos gestores públicos, dos empresários e dos cidadãos, para que juntos trabalhem com soluções criativas e sustentáveis, a partir de uma cooperação baseada na articulação Inter setorial coletiva.

Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentáveis:

Conforme estabelecido na Portaria MMA nº 437/2014, o CGPCS é integrado por:

1. Ministério do Meio Ambiente (MMA), que exerce as funções de Secretaria Executiva do CGPCS e coordenador do PPCS;
2. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
3. Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI);
4. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC);
5. Ministério de Minas e Energia (MME);
6. Ministério das Cidades (MCidades);
7. Ministério da Fazenda (MF);
8. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP);
9. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);
10. Ministérios dos Transportes (MT);
11. Banco Central do Brasil (BACEN);
12. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
13. Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO);
14. Escritório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) no Brasil;
15. Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS);
16. Confederação Nacional da Indústria (CNI);
17. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);
18. Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE);
19. Central Sindical envolvida em atividade de gestão ambiental, produção mais limpa e desenvolvimento sustentável;
20. Fundação Getúlio Vargas (FGV);
21. Instituto Akatu;
22. Confederação Nacional do Comércio (CNC);
23. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC);
24. Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE);
25. Associação Brasileira de Ciclo de Vida – (ABCV);
26. Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – (IBRACON).

7. Instrumentos e Mecanismos de Implementação

Como forma de valorizar e fortalecer iniciativas já em curso e estimular novas ações – tanto do setor governamental quanto não governamental, o 2º ciclo do PPCS também prevê uma tipologia diversa de ações que possam ser agrupadas e nomeadas segundo a sua natureza e as principais partes envolvidas. O Plano conta com os seguintes mecanismos e ferramentas de gestão:

7.1 Ações Governamentais (AG)

Iniciativas conduzidas sob a liderança e a coordenação técnica dos Ministérios do Governo Federal e de outros entes públicos, como agências e autarquias, empreendidas com recursos públicos do Orçamento da União ou dos congêneres nos Estados e Municípios, de empresas ou bancos estatais - e que representem uma contribuição direta às prioridades do PPCS. Encaixam-se nesta categoria, por exemplo, a edição da Resolução nº 4.327, de 25 de abril de 2014, do Banco Central do Brasil, que dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

7.2 Acordos de Cooperação Técnica (ACT)

Instrumentos formais utilizados por entes públicos para estabelecer um vínculo cooperativo ou de parceria entre si ou, ainda, com entidades privadas, que tenham interesses e condições recíprocas ou equivalentes, de modo a realizar um propósito comum, voltado ao interesse público. O acordo de cooperação se diferencia de convênios, contratos de repasse e termos de execução descentralizada pelo simples fato de não prever a transferência de recursos. A título de exemplo, o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e o Ministério da Indústria e Comércio Exterior (MCTI), que acordaram unir esforços para implementar a agenda proposta pelo PPCS, com a criação do Fórum Permanente de Diálogo entre os setores público e privado para promover o debate sobre o tema de Produção e Consumo Sustentáveis.

7.3 Iniciativas Voluntárias (IV)

Iniciativas empreendidas sem aporte de recursos governamentais, pelo setor privado ou por organizações da sociedade, em execução ou previstas para implementação do PPCS, planejadas como contribuição direta para atender às prioridades do Plano. Podem ser ações de empresas, desenvolvidas individualmente, em grupo ou setor, neste caso representado por alguma associação empresarial ou entidade da sociedade. Para integrar o Plano oficialmente, a iniciativa deve observar critérios de transparência, que incluem relatórios anuais e metas monitoradas por agente externo à empresa ou organização.

Encaixam-se nesta categoria ações como a campanha do “Programa Movimento Limpeza Consciente”, da Associação Brasileira de Produtos de Limpeza e Afins (Abipla), com o objetivo de chamar a atenção do consumidor para a grave crise hídrica que vivem diversas regiões do País, promovendo a conscientização da população quanto à conservação e ao uso eficiente da água, disseminando práticas que diminuam o seu desperdício renovando a mensagem em prol do consumo sustentável dos produtos de limpeza.

7.4 Ações de Parceria (AP)

Iniciativas conjuntas entre o setor público e o setor privado e/ou sociedade organizada, com recursos mistos (aportes públicos e privados), sob coordenação e/ou monitoramento conjuntos. Embora guardem certa autonomia de execução ou desempenho em relação ao Governo, para fazer parte do PPCS oficialmente, estas ações devem contar com mecanismos de monitoramento público – como relatórios anuais e outros cabíveis –, de acordo com a característica da iniciativa.

Ações de parceria entre o MMA e instituições ou setores empresariais já se encontram em curso, como por exemplo o Estudo sobre Estado da Arte da Construção Sustentável, numa parceria entre o MMA e o Conselho Brasileiro da Construção Sustentável (CBCS); e iniciativas voltadas para ampliar a destinação adequada e o reaproveitamento de resíduos da construção civil, particularmente no contexto da publicação e implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

7.5 Pactos Setoriais (PS)

Pactos efetuados entre o Ministério do Meio Ambiente e associações representativas de diferentes cadeias do setor produtivo, estabelecendo compromissos voluntários ou vinculantes. Os pactos visam a promover a produção, o uso e o consumo sustentáveis, e o descarte correto de produtos ou serviços específicos, claramente significativos na redução, mitigação ou prevenção de impacto socioambiental já detectado. São compromissos construídos de maneira participativa e transparente, estabelecendo medidas práticas e metas, bem como seus instrumentos de monitoramento.

Nesses pactos ou acordos, o governo é necessariamente parte integrante e constitutiva, participando ativamente do monitoramento. Como exemplo, o pacto realizado entre o MMA e a Associação Brasileira de Indústrias de Limpeza e Afins (ABIPLA) que, por meio de campanhas vem promovendo a redução do consumo de água e energia, da emissão de gases de efeito estufa, do uso de químicos e de embalagens, e da maior ergonomia na cadeia e para o consumidor.

7.6 Projeto de Cooperação entre MMA e PNUMA

O MMA e o PNUMA firmaram, em 2010, um acordo de cooperação técnica, que se estenderá até 2017, para a implementação do projeto Produção e Consumo Sustentáveis, a fim de “promover no Brasil um forte e contínuo processo de disseminação de ações alinhadas com o conceito de Produção e Consumo

Sustentáveis, estabelecido pelo Processo de Marrakesh, integrado aos esforços nacionais para abordar mudanças climáticas, redução da pobreza, desenvolvimento econômico e conservação da biodiversidade e recursos naturais”.

O projeto contou com um aporte do MMA no montante de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), para custear atividades de: elaboração de estudos técnicos e manuais metodológicos; realização de cursos de capacitação; apoio técnico para a criação de novas parcerias entre governos, setor privado e agências de financiamento, e expansão das redes, iniciativas e parcerias existentes em PCS; apoio a atividades de intercâmbio e cooperação técnica; desenvolvimento de ferramentas de informação, tais como plataformas, redes e *clearinghouses*; elaboração de materiais didáticos para o público consumidor; realização de campanhas e estudos de análise de ciclo de vida; e desenvolvimento de instrumentos de Comunicação.

7.7 Termos de Adesão e Rede A3P

O Termo de Adesão é o instrumento de compromisso para implantação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P nas instituições públicas, celebrado entre os interessados e o MMA, cuja finalidade é integrar esforços para desenvolver projetos destinados à implementação da A3P. A assinatura do termo demonstra o comprometimento da instituição com a agenda socioambiental e a gestão transparente.

A A3P tem sido implementada em vários órgãos e entidades públicos por meio da participação na Rede A3P. A Rede é um canal de comunicação permanente para promover o intercâmbio técnico, difundir informações sobre temas relevantes à agenda, sistematizar dados e informações sobre o desempenho ambiental das instituições e incentivar programas de formação e mudanças organizacionais, permitindo a troca de experiências.

7.8 Certificação e Premiação

O Selo de Sustentabilidade na Administração Pública – composto por três categorias independentes: o Selo Verde, o Selo Prata e o Selo Laranja – tem por objetivo conferir o reconhecimento e a divulgação de práticas de gestão baseadas em conceitos de sustentabilidade, implantadas pelas Administração Pública no contexto do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P.

O Prêmio A3P procura dar visibilidade e estimular a implantação de iniciativas inovadoras em instituições públicas, contemplando as melhores ações em quatro categorias: Gestão de Resíduos, Uso Sustentável dos Recursos Naturais, Inovação na Gestão Pública e Destaque da Rede A3P.

7.9 Fóruns de Discussão e Implementação

Fórum Anual do PPCS: outro mecanismo de implementação do PPCS é o fomento à troca de experiências e à visibilidade de experiências exitosas em Produção e Consumo Sustentáveis, bem como a discussão sobre os gargalos ao longo da implementação do Plano. O Fórum busca debater os avanços do Plano e estratégias

para sua maior efetividade. Para o planejamento do Fórum Anual, o Comitê Gestor deve designar uma comissão específica.

Mesas de Diálogos: anterior à divulgação das diretrizes para o 2º ciclo do PPCS para consulta pública, os documentos de base foram objeto de discussões em mesas de diálogos, com a participação de instituições relevantes dos setores públicos e privados, e de representantes da sociedade civil. O objetivo foi aprofundar os entendimentos sobre as prioridades do Plano e suas estratégias no 2º ciclo de implementação. Durante o 2º ciclo, deverão ser estabelecidas outras instâncias setoriais de diálogos, como grupos de trabalho ad hoc, reuniões bilaterais e *webinars*, para avançar na identificação de iniciativas e aperfeiçoar as estratégias e ações de implementação dos eixos temáticos do plano.

Consulta Pública: as estratégias para o 2º ciclo do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis, foram construídas a partir dos debates e parcerias no contexto das mesas de diálogo, e aprovadas preliminarmente pelo Comitê Gestor. Finalizado esse processo, o documento do 2º ciclo do PPCS foi disponibilizado para consulta de modo a permitir que toda a sociedade tivesse conhecimento e pudesse contribuir para o seu aperfeiçoamento.

Portal e redes - comunicação e informação eletrônica: o PPCS privilegiará a utilização dos meios eletrônicos para comunicação entre parceiros e a divulgação de informações sobre o progresso de sua implementação. As ferramentas incluem um portal específico, redes sociais e redes temáticas. O Portal do Plano de Produção e Consumo Sustentáveis deverá ser uma ferramenta viva e dinâmica, a ser atualizada permanentemente pela equipe técnica do DPCS/MMA.

Para melhor compartilhamento das ações e integração das parcerias, o Plano pretende lançar a Rede PCS, que integrará o Portal PPCS, reunirá parceiros e trará novos atores e projetos, a fim de discutir mudanças, desafios e oportunidades para uma economia mais inclusiva, além de analisar e estimular as transformações de comportamento do consumidor apontadas nas estratégias do Plano. A rede também contribuirá para a disseminação e discussões sobre questões relativas ao alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), particularmente o ODS 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

Na esfera internacional, o PNUMA conta com o SCP *Clearinghouse*, ambiente virtual cujo objetivo é disseminar informações sobre consumo e produção sustentáveis. Essa plataforma de alcance internacional permite o compartilhamento de informações sobre produção e consumo sustentáveis ao redor do mundo, a construção de redes e a identificação de parcerias, além de fornecer informações sobre o Quadro Decenal de Programa sobre Produção e Consumo Sustentáveis (10YFP) - <http://www.unep.org/10yfp/>.

7.10 Outros: estudos e pesquisas; campanhas

As campanhas são, junto aos processos informativos e de comunicação, uma das principais ferramentas de sucesso do PPCS. Ao longo desses últimos anos foram realizadas diversas campanhas direcionadas ao consumo sustentável, buscando a sensibilização do consumidor em geral. Nesse sentido, no âmbito das

atividades/estratégias do 2º Ciclo, o Ministério do Meio Ambiente buscará continuar a promover e/ou desenvolver das campanhas, além de apoiar institucionalmente as campanhas desenvolvidas pelos parceiros.



A realização das campanhas em todos os ciclos do plano considera a influência que podem ter nas pessoas, nas instituições e na sociedade como um todo, por meio do engajamento do público para a sustentabilidade, fazendo com que o cidadão se sinta parte de um movimento que trará mudanças estruturantes na sociedade, mudando sua maneira de compreender a vida, o mundo e, sobretudo, suas próprias motivações, critérios de escolha e de comportamento.

Nesse sentido, pretende-se, no 2º ciclo do PPCS, continuar realizando e apoiando campanhas nacionais anuais tratando principalmente de aspectos do consumo sustentável, com vistas à sensibilização do consumidor em geral; buscar parcerias para implementar e apoiar campanhas dos parceiros que tratem de aspectos do consumo e estímulo ao setor produtivo para comunicar melhor suas ações; e elaborar materiais didáticos e campanhas dirigidas aos impactos da geração de resíduos sólidos, buscando sensibilizar para a importância da reciclagem.

8. Monitoramento e Avaliação

O processo de planejamento, gestão, monitoramento, avaliação e controle das políticas públicas no Brasil passa, nos últimos 20 a 30 anos, pelo debate sobre a incorporação dos requisitos democráticos da transparência dos atos governamentais e do modo pelo qual procedimentos e processos burocráticos do Estado podem ser mobilizados a fim de garantir direitos e aumentar a eficiência e eficácia das ações públicas. Desse movimento decorre a percepção da avaliação e monitoramento como atividades que integram o próprio ciclo das políticas públicas e com capacidade efetiva de subsidiar as mudanças da realidade social à qual a ação se volta e a própria ação²⁵.

Nesse sentido, sistemas de monitoramento e avaliação constituem uma das etapas mais sensíveis na gestão de programas e políticas públicas, sobretudo ambientais. O acompanhamento cotidiano e a realização de estudos específicos de avaliação, como insumo ao planejamento público, são procedimentos com pouca tradição em nosso País e, portanto, ainda não são institucionalizados de forma adequada por órgãos públicos, para além daqueles criados para essa função específica²⁶.

No Brasil, a experiência mais consolidada de criação de um painel de indicadores focados no desenvolvimento sustentável, incluindo um número significativo de indicadores ambientais, é a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com a publicação regular dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS), desde 2002. A última versão dos IDS foi publicada em 2015, contendo 63 indicadores, produzidos com dados adquiridos nas pesquisas do IBGE e de diversas instituições, e procura mensurar, em seus aspectos essenciais, a qualidade ambiental e de vida da população, o desempenho macroeconômico do País, os padrões de produção e consumo, e a governança para o desenvolvimento sustentável.

Outra experiência de relevo é o Painel Nacional de Indicadores Ambientais (PNIA) 2012, atualizado em maio de 2014, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente²⁷, que busca atender à estratégia de consolidação e fortalecimento do Sistema Nacional de Informação sobre o Meio Ambiente (SINIMA), um dos instrumentos básicos da Política Nacional de Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938, de 1981.

O PPCS ainda não conta com um conjunto de indicadores por meio dos quais seja possível realizar o monitoramento e a avaliação do impacto gerado pela

²⁵ Beluzzo e LIMA (20__).

²⁶ Vaitsman e colaboradores (2006).

²⁷ O primeiro esforço empreendido pelo MMA na construção de indicadores ocorreu quando foi assumido o compromisso junto ao Fórum de Ministros da América Latina e do Caribe para compilação de um conjunto de indicadores que pudessem ser padronizados com os demais países da região. O resultado foi o Relatório de Acompanhamento da Iniciativa Latino Americana e Caribenha, a ILAC Brasil - 2007. Esse trabalho foi realizado em parceria entre os departamentos do MMA e participação da ANA, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), e apoio direto do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA.

implementação dessa agenda. Um sistema regular de informações para o Plano contribuirá para o alcance de maior eficiência na alocação de recursos e de eficácia e qualidade das ações realizadas, produzindo dados gerenciais indispensáveis à tomada de decisões. Esse sistema permitirá identificar a necessidade de ajustes e mudanças de rumo, bem como a transparência das ações realizadas e seus resultados para executores, parceiros e principalmente para a sociedade.

A definição de Linhas de Base (*baselines*) têm fundamental importância nesse contexto, para a medição e o controle dos indicadores das ações e seu desempenho, sendo também são fontes ricas de lições aprendidas para orientar e melhorar a precisão de iniciativas futuras. Por meio delas será possível identificar se as metas e cronogramas estão acima ou abaixo da previsão inicial, e qual o nível de aderência ao escopo original das linhas de ação e cenários desejados.

O documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, aprovado pelas Nações Unidas em setembro de 2015, ressalta a importância de estabelecer mecanismos para seu acompanhamento e revisão, nos níveis nacional, sub-regional, regional e global, facilitando o compartilhamento de experiências, incluindo sucessos, desafios e lições aprendidas, e promovendo a coerência de todo o sistema e a coordenação das políticas de desenvolvimento sustentável. Salienta a importância de os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas metas, constantes da Agenda 2030, serem acompanhados de modo inclusivo, com vistas a promover sua integração com os instrumentos de planejamento existentes, tais como as estratégias de desenvolvimento nacional e de desenvolvimento sustentável.

Da mesma forma como aconteceu com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, busca-se, a partir dos ODS, determinar linhas gerais orientadoras de uma série de políticas públicas de execução nacional²⁸, que refletirão o compromisso amplo de conciliar o desenvolvimento de uma economia de baixo impacto ambiental com a inclusão social, além de estabelecer as fontes de recursos destinadas à cooperação internacional para o desenvolvimento nos próximos anos.

A agenda de produção e consumo sustentável (PCS) permeia de modo direto e indireto, praticamente todo o conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e não apenas no Objetivo 12, que é “assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis”, que contempla metas explícitas nessa direção. Dessa forma, acredita-se que a agenda em PCS ganhará espaço e robustez no cenário nacional e internacional e, portanto, faz-se necessário o desenvolvimento de indicadores, e seu acompanhamento sistemático, para que monitoramento e a avaliação das ações e atividades desenvolvidas à luz do 2º ciclo do PPCS possam alçar o País à altura dos compromissos assumidos.

Assim sendo, espera-se que o conjunto de instrumentos aprovados no contexto da Agenda 2030, inclusive seu mecanismo de monitoramento e avaliação regular, possa, além de estabelecer os critérios de avaliação dos avanços de países desenvolvidos e em desenvolvimento, oferecer sugestões de melhores práticas e garantir recursos internacionais suficientes para estimular bons projetos e promover práticas de

²⁸ Angelim e Oliveira (2015).

governança participativa fundadas no diálogo entre Estados e sociedade civil, em todos os níveis.

Diante dessa realidade, fica claro que a elaboração de um plano de monitoramento e verificação se faz necessário para que os tomadores de decisão, gestores públicos e privados, passem a ter subsídios fidedignos quanto ao atual estágio da implementação da agenda nacional de produção e consumo sustentáveis, expresso especialmente neste texto de referência para a implementação do 2º ciclo do Plano de Ação de Produção e Consumo Sustentáveis.

9. Bibliografia Consultada

- ABRE; FGV. **Dados de Mercado: Estudo Macroeconômico da Embalagem ABRE/FGV - Apresentação fevereiro 2011: fechamento do ano de 2010.** Disponível em: <http://www.abre.org.br/setor/dados-de-mercado/dados-de-mercado-2010/>
- ABRE; FGV. **Dados de Mercado: Estudo Macroeconômico da Embalagem ABRE/FGV - Apresentação fevereiro 2012: fechamento do ano de 2011.** Disponível em: <http://www.abre.org.br/setor/dados-de-mercado/dados-de-mercado-2011/>
- ABRE; FGV. **Dados de Mercado: Estudo Macroeconômico da Embalagem ABRE/FGV - Apresentação fevereiro de 2013: A indústria de embalagem em 2012 e perspectivas para 2013.** Disponível em: <http://www.abre.org.br/setor/dados-de-mercado/dados-de-mercado-2012/>
- ABRE; FGV. **Dados de Mercado: Estudo Macroeconômico da Embalagem ABRE/FGV - Apresentação fevereiro de 2014: A indústria de embalagem em 2013 e perspectivas para 2014.** Disponível em: <http://www.abre.org.br/setor/dados-de-mercado/dados-de-mercado-2013/>
- ABRELPE. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil – 2012.** Disponível em: <http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2012.pdf>
- ABRELPE. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil – 2013.** Disponível em: <http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2013.pdf>
- ABRELPE. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil – 2014.** Disponível em: <http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2014.pdf>
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brasil). **Conjuntura dos recursos hídricos: Informe 2016.** Agência Nacional de Águas - Brasília: ANA, 2016. 95 p. : il.
- ANA. **Atlas Brasil do Abastecimento Urbano de Água.** 2011.
- ANA. **Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil – Informe 2014: Encarte Especial sobre Crise Hídrica.** 2014.
- ANA. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil.** 2013.
- ANGELIM, D; OLIVEIRA, T. **Qual nova agenda para o desenvolvimento? Desafios e prioridades dos ODS-ONU.** Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Sociais e Políticos Universidade do Estado do Rio de Janeiro IESP/UERJ. 2015.
- BACEN. **Composição e segmentos do Sistema Financeiro Nacional.** 2016. Acessível em: <http://www.bcb.gov.br/?SFNCOMP>
- BARBOSA L. C. **Políticas Públicas de Educação Ambiental numa Sociedade de Risco: Tendências e Desafios no Brasil.** IV Encontro Nacional da Anppas. Resumo. Brasília, 2008.

BELUZZO, L.; LIMA, R. S. **Planejamento, diagnósticos setoriais, indicadores socioeconômicos e culturais na gestão, monitoramento, avaliação e controle das políticas públicas.** Fundação João Mangabeira: Escola de Formação Política Miguel Arraes. 20__.

BRASIL. **Grupo de trabalho sobre relatos corporativos de sustentabilidade: Documento Final.** Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2015b.

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira.** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 2. ed. 2014. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2014/novembro/05/Guia-Alimentar-para-a-pop-brasiliera-Miolo-PDF-Internet.pdf>

BRASIL. **Intended Nationally Determined Contribution Towards Achieving The Objective of the United Nations Framework Convention on Climate Change.** 2015a. Disponível em: <http://www4.unfccc.int/submissions/INDC/Published%20Documents/Brazil/1/BRAZIL%20iND C%20english%20FINAL.pdf>

CARDOSO, R. **Varejo Sustentável.** GV Executivo. vol.7 nº5, pp. 70-73. 2008. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/viewFile/34244/33052>

CBCS. **Aspectos da Construção Sustentável no Brasil.** 2014. Disponível em <http://www.cbcs.org.br/website/>.

CETIC. **TIC Kids Online Brasil – 2014: Crianças / Adolescentes.** Disponível em: <http://cetic.br/tics/kidsonline/2014/criancas/>

CGEE. **International Consultation on Consumption Patterns for Sustainable Development – Preliminary Report.** Project: Sustainable Development Goals. Activity: CGEE's Insertion in international agendas. Brasília, 2015.

CONDE, W.M. & BORGES, C. **O risco de incidência e persistência da obesidade entre adultos brasileiros segundo seu estado nutricional ao final da adolescência.** Revista Brasileira Epidemiol, 2011; 14(1) Supl.: 71-9. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/rbepid/v14s1/a08v14s1.pdf>.

COSTA, C. E. L. da. **As licitações sustentáveis na ótica do controle externo.** Instituto Serzedello Corrêa – ISC/TCU. Brasília, 2011.

DATAFOLHA. **Consumismo na Infância.** 2010. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/137316452/Datafolha-Consumismo-Infantil>.

EC; JRC; IES. **ILCD Handbook: Specific guide for Life Cycle Inventory (LCI) data sets.** European Commission, Joint Research Centre, Institute for Environment and Sustainability, Luxembourg, Publications Office of the European Union, 2010.

ECO. **O que é a Lei das Águas.** Publicado em 27 novembro 2014 21:13

EPE. **Anuário estatístico de energia elétrica 2013.** Empresa de Pesquisa Energética. Ministério De Minas e Energia. 2013. Disponível em: http://www.epe.gov.br/AnuarioEstatisticodeEnergiaEletrica/20130909_1.pdf

FAO. **World hunger falls, but 805 million still chronically undernourished.** 2013. Disponível

em: <http://www.fao.org/news/story/en/item/243839/icode/>

<http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/10/banco-mundial-atualiza-valor-da-linha-da-pobreza-para-us-190-por-dia>

IBGE, MS e MPOG. **Pesquisa Nacional de Saúde**. 2013

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>

IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais: Perfil dos Municípios Brasileiros – 2013**. Rio de Janeiro, 2014b. Disponível em:
ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/2013/munic2013.pdf

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2013**. 2. ed. Rio de Janeiro. 2015. Disponível em:
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94414.pdf>

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: Volume Brasil – Tabelas Completas**. 2014a. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/brasil_defaultxls.shtm

IBICT. **Entendendo o Programa Brasileiro de Avaliação do Ciclo de vida**. 2015. Disponível em
<http://acv.ibict.br/pbacv/>

IDEC. **Fácil de comprar, consertar**. REVISTA DO IDEC, p. 25-27, Fevereiro 2012. Disponível em:
http://www.idec.org.br/uploads/revistas_materias/pdfs/ed-162-servico-telefoniamovel.pdf.
Acesso em 01 de julho de 2015

IDEC. **O destino dos aparelhos usados**. REVISTA DO IDEC, p. 20-22, Fevereiro, 2014.
Disponível em: http://www.idec.org.br/uploads/revistas_materias/pdfs/184-pesquisa-eletronicos1.pdf. Acesso em 01 de julho de 2015.

INSA. **Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro**. 2012. Disponível em:
<http://www.insa.gov.br/censosab/publicacao/sinopse.pdf>.

LOSKE, R. **Novas formas de economia cooperativa como contribuição para o desenvolvimento sustentável: Reflexões sobre a reinserção da economia na sociedade e na natureza**. Amon, Théo (Trad.). Fundação Heinrich Böll Stiftung. 2015.

GITAY H. , SUÁREZ A, WATSON R. T. , DOKKEN D. J. **Cambio climático y biodiversidad**. Documento preparado bajo los auspicios del Presidente del IPCC, el Dr. Robert T. Watson, por la Unidad de Apoyo Técnico del Grupo de Trabajo II del IPCC Abril de 2002.

GOVERNO FEDERAL. COMITÊ INTERMINISTERIAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA . **Plano Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC** . Brasília. Dezembro 2008.

MAPA. **Projeções do Agronegócio: Brasil 2014/15 a 2024/25 - Projeções de Longo Prazo**. 6 ed. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. 2015. Disponível em:
http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/PROJECOES_DO_AGRONEGOCIO_2025_WEB.pdf

MCTI. **Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil**. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 2 ed. 2014.

MINISTERIO DEL MEDIO AMBIENTE . **Programa Nacional de Consumo y Producción Sustentables.**

MMA. **Eficiência Energética: guia para etiquetagem de edifícios:** volumes 1 e 2. Brasília: MMA, 2015.

MMA. **Plano de ação para produção e consumo sustentáveis – PPCS: Relatório do primeiro ciclo de implementação.** Ministério do Meio Ambiente. Brasília. 2014. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/publicacoes/responsabilidade-socioambiental/category/90-producao-e-consumo-sustentaveis>

MMA. **Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis – PPCS.** Ministério do Meio Ambiente. Brasília. 2011. Disponível em: 2011.

MMA. **Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima .** Brasília, 2016 . MINUTA.

MMA. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, Departamento de Educação Ambiental . **EDUCAÇÃO AMBIENTAL - Por um Brasil Sustentável . ProNEA, Marcos Legais & Normativos.** Documentos de Referência para o Fortalecimento da Política e do Programa Nacional de Educação Ambiental . Brasília, 2014.

MMA. Secretaria de Biodiversidade e Florestas – SBF. Departamento de Ecossistemas – DECO. **Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade – EPANB 2016-2020.** 140p.

MS. **Vigitel– Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico.** Abril, 2014. Disponível em: <http://www.abeso.org.br/uploads/downloads/72/553a243c4b9f3.pdf>

NOSSA SÃO PAULO; IBOPE. **Indicadores de Referência do Bem-Estar no Município: Criança e Adolescente.** 2015. Disponível em: <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/irbem/criancaeadolescente-apresentacao2015.pdf> .

OPREE, S. J.; BUIJZEN, M.; VALKENBURG, P. M. **Lower Life Satisfaction Related to Materialism in Children Frequently Exposed to Advertising.** Pediatrics, 2012. Disponível em: <http://pediatrics.aappublications.org/content/early/2012/08/15/peds.2011-3148.full.pdf+html>

OCDE & CEPAL. **Avaliações de Desempenho Ambiental: Brasil,** 2015.

ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 de outubro de 2015. <https://sustainabledevelopment.un.org>

PADUAN, R. **Classes A e B, o mercado que mais cresce.** Revista Exame. 29/06/2011. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/995/noticias/classes-a-e-b-o-mercado-que-mais-cresce>.

SAE. **Padrões de consumo e desenvolvimento sustentável: tendências do crescimento e redistribuição de renda sobre o meio ambiente.** Documento para Discussão. 2015.

Salvaguardas Contra a Reversão dos Ganhos Sociais Durante a Crise Econômica no Brasil . <http://documents.worldbank.org/curated/en/180351467995438283/Brazil-Systematic->

[country-diagnostic](#).

SPC. **Consumo Consciente: Junho 2015**. Meu Bolço Feliz. Serviço de Proteção ao Crédito 2015.

SCHWAB Klaus. The Global Competitiveness Report. - 2016–2017. World Economic Forum. Insight Report. Geneva, 2016 . www.weforum.org/gcr

UNCSO. **Declaração Final da Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20): O Futuro Que Queremos**. 2012. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/O-Futuro-que-queremos1.pdf>

UNCTAD. **Trade and Environment Review 2013 - Wake up before it is too late: Make agriculture truly sustainable now for food security in a changing climate**. United Nations Publication, 2013. Disponível em: <http://unctad.org/en/pages/PublicationWebflyer.aspx?publicationid=666>

UNEP; GRI; KPMG; The Centre for Corporate Governance in Africa. **Carrots and Sticks: Sustainability reporting policies worldwide – today’s best practice, tomorrow’s trends**. 2013.

UNEP. **Paving the way for sustainable consumption and production. The Marrakech Process Report**. Paris. 2011.

UNDP. **Innovation Facility - Innovation for the Sustainable Development Goals. Spark, Scale, Sustain**. 2016.

UNDP. **ABC of SCP - Clarifying Concepts on Sustainable Consumption and Production**. Towards a 10-Year Framework of Programmes on Sustainable Consumption and Production.

VAITSMAN, J.; W. S. RODRIGUES, R; PAES-SOUSA, R. **O Sistema de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas Sociais: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil**. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), 2006.

VILLAS-BÔAS, M. de A. **A concentração de renda é maior do que se imaginava**. Carta Capital, publicado 14/01/2016 05h00, última modificação 26/01/2016 13h09.

WIEDMANN, T. O.; SCHANDL, H.; Lenzen, M.; Moran, D.; Suh, S.; West, J.; Kanemoto, K. **The material footprint of nations**. PNAS. vol. 112, no. 20, p. 6271 - 6276. 2015. (<http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2013v34n67p165>).

WIEDMANN, et al. **The material footprint of nations**. CrossMark. 2013. www.pnas.org/cgi/doi/10.1073/pnas.1220362110.

WOLKMER, M. de F.; PIMMEL, N. F. **Política nacional de recursos hídricos: governança da água e cidadania ambiental**. Sequência (Florianópolis) no.67. Florianópolis. Dec. 2013

WBG. **Retaking the Path to Inclusion, Growth and Sustainability**. Brazil Systematic Country Diagnostic. June 2016.

WORLD BANK GROUP. **Poverty and Inequality Monitoring Latin America and the Caribbean**. Draft Programme Framework Programme 6: Resource Efficiency, 2018-21, V3 – 2016-12-22.